



---

REVISÃO | PROPOSTA

**RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO**

VERSÃO FINAL

15 DEZEMBRO DE 2016

## Índice

Índice de tabelas .....	4
Índice de gráficos .....	4
Lista de acrónimos .....	5
<b>1 Introdução.....</b>	<b>7</b>
1.1 Enquadramento .....	7
1.1.1 Enquadramento geral .....	7
1.1.2 Enquadramento legal.....	7
1.1.3 Enquadramento estratégico.....	8
1.1.4 Enquadramento técnico.....	8
1.2 Estrutura do relatório .....	9
1.3 Metodologia .....	9
<b>2 Situação de referência .....</b>	<b>11</b>
2.1 Âmbito nacional, regional, sub-regional e sectorial .....	11
2.2 Âmbito local .....	12
2.2.1 Planos ou outros instrumentos .....	12
2.2.2 Estudos de caracterização .....	12
2.2.3 Avaliação do PDM em vigor .....	13
2.2.3.1 Espaços agrícolas.....	13
2.2.3.2 Espaços florestais.....	14
2.2.3.3 Espaços naturais.....	15
2.2.3.4 Espaços urbanos .....	16
2.2.3.5 Espaços urbanizáveis .....	17
2.2.3.6 Espaços de habitação social (HS).....	20
2.2.3.7 Zonas de carácter turístico (HT) .....	21
2.2.3.8 Espaços para equipamento e lazer .....	21
2.2.3.9 Espaços verdes públicos .....	23
2.2.3.10 Espaços culturais .....	24
2.2.3.11 Espaços para indústrias e armazéns.....	24
2.2.3.12 Espaços para indústrias pirotécnicas .....	26
2.2.3.13 Conclusões.....	26
2.2.4 Registo de sensibilidades / Participação pública e institucional.....	27
2.2.5 Condicionantes .....	27
2.2.6 Compromissos .....	29
2.2.7 Cartografia .....	36
<b>3 Proposta.....</b>	<b>39</b>
3.1 Opções estratégicas e objetivos de desenvolvimento.....	39
3.2 As preocupações de proteção do ambiente urbano e dos recursos naturais .....	40
3.2.1 Zonas inundáveis.....	41
3.2.2 Zonamento acústico .....	41
3.2.3 Faixa de Proteção Costeira .....	42
3.2.4 Faixas de salvaguarda à erosão, galgamento e inundação costeira .....	42
3.2.5 Valores Patrimoniais .....	42

3.2.6	Estrutura Ecológica Municipal (EEM)	44
3.2.6.1	Estrutura Ecológica Fundamental (EEF)	45
3.2.6.2	Estrutura Ecológica Complementar (EEC)	46
3.3	Espaços-canal	47
3.4	Classificação e qualificação do solo	48
3.4.1	Enquadramento	48
3.4.2	Conformidade com o POOC	49
3.4.3	Conformidade com o Plano Setorial da Rede Natura 2000	50
3.4.4	Solo rústico	52
3.4.4.1	Espaços agrícolas	52
3.4.4.2	Espaços florestais	53
3.4.4.3	Espaços naturais e paisagísticos	54
3.4.4.4	Espaços de atividades económicas e industriais	55
3.4.4.5	Outras categorias de solo rústico	55
3.4.5	Solo urbano	56
3.4.6	Unidades Operativas de Planeamento e Gestão / Execução do Plano	57
3.5	Execução e Financiamento	62
4	<b>Conclusão</b>	<b>63</b>
5	<b>Legislação</b>	<b>64</b>
6	<b>Anexos</b>	<b>65</b>
6.1	Anexo I – Instrumentos de âmbito nacional, regional, sub-regional, sectorial e local	65
6.1.1	Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial (PNPOT)	65
6.1.2	Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	65
6.1.3	Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)	67
6.1.4	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	68
6.1.5	Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)	69
6.1.6	Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM)	69
6.1.7	Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)	70
6.1.8	Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos (PEPS)	70
6.1.9	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)	71
6.1.10	Plano Nacional da Água (PNA)	71
6.1.11	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	72
6.1.12	Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)	72
6.1.13	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020)	73
6.1.14	Plano de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR 2020)	74
6.1.15	Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal (Turismo 2020)	74
6.1.16	Estratégia Nacional para a Energia (ENE)	75
6.1.17	Plano Rodoviário Nacional (PRN – 2000)	76
6.1.18	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT – N)	77
6.1.19	Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha – Espinho (POOC)	79
6.1.20	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho (PROF AM)	79
6.1.21	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima (PGRH do Minho e Lima)	80
6.1.22	Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Alto Minho 2020 (AM 2020)	81
6.1.23	Plano Estratégico do Sítio da Rede Natura do Litoral Norte (PESRN-LN)	82
6.1.24	Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndio de Caminha (PMDFCI – Caminha)	83

6.1.25 Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Caminha (PMEPC – Caminha) .....	83
6.1.26 Plano Estratégico de Cooperação da Galiza-Norte de Portugal (PECG-NP) .....	84
6.2 Anexo II – Conformidade com o POOC .....	86
6.2.1 Solo Urbano .....	86
6.2.2 Solo Rústico .....	99

## Índice de tabelas

Tabela 1 – Estrutura do relatório .....	9
Tabela 2 – Conteúdo documental do PDM de Caminha .....	9
Tabela 3 – Programas de âmbito nacional, regional e sub-regional .....	11
Tabela 4 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços agrícolas .....	14
Tabela 5 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços florestais .....	14
Tabela 6 – Evolução da área florestal no concelho de Caminha .....	15
Tabela 7 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços naturais .....	16
Tabela 8 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços urbanizáveis .....	17
Tabela 9 – Avaliação do PDM em vigor – Solo urbanizável / População expectável .....	19
Tabela 10 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços de habitação social (HS) .....	20
Tabela 11 – Avaliação do PDM em vigor – Zonas de carácter turístico (HT) .....	21
Tabela 12 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços para equipamento e lazer .....	23
Tabela 13 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços verdes públicos .....	23
Tabela 14 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços culturais .....	24
Tabela 15 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços para indústrias e armazéns .....	25
Tabela 16 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços para indústrias pirotécnicas .....	26
Tabela 17 – Listagem de compromissos – Pedidos de Informação Prévia .....	29
Tabela 18 – Listagem de compromissos – Licenciamento/Comunicação Prévia para obras de edificação .....	30
Tabela 19 – Listagem de compromissos – Licenciamento/Comunicação Prévia para operações de loteamento .....	32
Tabela 20 – Cartografia de referência utilizada no processo de revisão do PDMC .....	36
Tabela 21 – Conteúdo da carta base do PDMC .....	37
Tabela 22 – Opções estratégicas e objetivos de desenvolvimento do PDM de Caminha .....	39
Tabela 23 – Valores patrimoniais .....	43
Tabela 24 – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão .....	59

## Índice de gráficos

Gráfico 1 – Avaliação do PDM em vigor – Relação entre o solo urbanizável previsto e a área efetivamente ocupada .....	18
Gráfico 2 – Avaliação do PDM em vigor – População expectável .....	19

## Lista de acrónimos

<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>AM 2020</b>	Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Alto Minho 2020
<b>ARU</b>	Área de Reabilitação Urbana
<b>CIBIO</b>	Research Center in Biodiversity and Genetic Resources
<b>CMC</b>	Câmara Municipal de Caminha
<b>DGPC</b>	Direção-Geral do Património Cultural
<b>DGT</b>	Direcção-Geral do Território
<b>DRAPN</b>	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
<b>DUPOE</b>	Divisão de Urbanismo Planeamento, Obras e Edifícios
<b>EEC</b>	Estrutura Ecológica Complementar
<b>EEF</b>	Estrutura Ecológica Fundamental
<b>EEM</b>	Estrutura Ecológica Municipal
<b>ENCNB</b>	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
<b>ENDS</b>	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
<b>ENE</b>	Estratégia Nacional para a Energia
<b>ENGIZC</b>	Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira
<b>ENM</b>	Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020
<b>EU</b>	Unidade de Execução
<b>FA</b>	Fatores Ambientais
<b>FCD</b>	Fatores Críticos de Decisão
<b>ICNF</b>	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
<b>IGT</b>	Instrumentos de Gestão Territorial
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PDMC</b>	Plano Diretor Municipal de Caminha
<b>PDR 2020</b>	Programa de desenvolvimento Rural 2020
<b>PECG-NP</b>	Plano Estratégico de Cooperação da Galiza-Norte de Portugal
<b>PENSAAR 2020</b>	Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
<b>PEPS</b>	Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos
<b>PERSU 2020</b>	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020
<b>PESRN-LN</b>	Plano Estratégico do Sítio da Rede Natura do Litoral Norte

<b>PGRH do Minho e Lima</b>	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima
<b>PMDFCI – Caminha</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Caminha
<b>PMEPC – Caminha</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Caminha
<b>PMOT</b>	Planos Municipais de Ordenamento do Território
<b>PNA</b>	Plano Nacional da Água
<b>PNAAS</b>	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
<b>PNAC</b>	Plano Nacional de Alterações Climáticas
<b>PNPOT</b>	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
<b>PNUEA</b>	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
<b>POOC</b>	Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha – Espinho
<b>PP</b>	Plano de Pormenor
<b>PRN – 2000</b>	Plano Rodoviário Nacional
<b>PROF AM</b>	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho
<b>PROT – N</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
<b>PSRN 2000</b>	Plano Setorial da Rede Natura 2000
<b>PU</b>	Plano de Urbanização
<b>QE</b>	Questões Estratégicas
<b>QRE</b>	Quadro de Referência Estratégico
<b>RA</b>	Relatório Ambiental
<b>RAN</b>	Reserva Agrícola Nacional
<b>REN</b>	Reserva Ecológica Nacional
<b>RFC</b>	Relatório dos Fatores Críticos
<b>RGR</b>	Regulamento Geral do Ruído
<b>RJGT</b>	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
<b>SIC</b>	Sítios de Importância Comunitária
<b>TER</b>	Turismo em Espaço Rural
<b>Turismo 2020</b>	Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal
<b>UOPG</b>	Unidades Operativas de Planeamento e Gestão
<b>ZPE</b>	Zonas de Proteção Especial

# 1 Introdução

## 1.1 Enquadramento

### 1.1.1 Enquadramento geral

O presente relatório é um dos elementos que acompanha o PDM de Caminha, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 97.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e procura explicitar a estratégia e modelo de desenvolvimento local, nomeadamente os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas para o modelo de organização espacial, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições ambientais, económicas, sociais e culturais para a sua execução.

Trata-se, nesse sentido, do culminar do processo de revisão, resultado da metodologia adotada e de um enquadramento específico, em que as diferentes fases se interligam até à presente reflexão final. É assim um processo contínuo em que a fase de análise e diagnóstico, transposta para os estudos de caracterização territorial, não é vista de modo estanque e fixa em termos cronológicos, mas sim como um processo contínuo até ao final dos trabalhos, que resultam na proposta.

Por outro lado, decorridos 20 anos desde a aprovação do PDM, há um conjunto de alterações a nível legal, a nível técnico, e quanto à situação socioeconómica de Portugal e da Europa que são incontornáveis e que devem ser acauteladas no âmbito do processo de revisão do PDM de Caminha, de modo a que este seja ajustado à realidade e à prossecução dos interesses públicos.

De assinalar que algumas dessas alterações ocorreram após o início do processo de revisão, que iniciou em 2006, no seguimento da deliberação da Câmara Municipal de Caminha (CMC), a 13 de fevereiro de 2006, em reunião ordinária.

É assim determinante identificar a evolução ocorrida, estabelecer novos objetivos de desenvolvimento e definir os critérios de sustentabilidade a adotar. Todavia, importa enumerar com maior detalhe o contexto que serviu de base para o processo de revisão em causa, tendo em conta o **enquadramento legal**, o **enquadramento estratégico** e o **enquadramento técnico**.

### 1.1.2 Enquadramento legal

O PDM de Caminha, aprovado pela Assembleia Municipal em 23 de janeiro de 1995 e cujo Regulamento foi publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 158/95, de 29 de novembro, cumpriu as formalidades previstas no Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, que se encontrava em vigor à data. Contudo, houve uma profunda alteração do enquadramento legal desde esse momento.

É de mencionar, em primeiro lugar, o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que desenvolveu as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo e que sofreu sucessivas alterações.

Mais recentemente foi publicada a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e na sua sequência foi revisto o regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

### 1.1.3 Enquadramento estratégico

Do ponto de vista estratégico há alterações profundas desde a data em que o PDM de Caminha entrou em vigor, que se acentuaram nos últimos anos, visto que o concelho de Caminha não é alheio à mais recente conjuntura económica de Portugal e da Europa.

Por outro lado, é de assinalar a atual existência de um conjunto de orientações de desenvolvimento territorial decorrentes de programas de âmbito nacional, regional, sub-regional e sectorial, que devem ser integradas no PDM.

### 1.1.4 Enquadramento técnico

Nos últimos 20 anos ocorreram alterações significativas nos métodos de trabalho a que os IGT não são alheios e que se traduzem num maior rigor nos documentos que integram e acompanham os planos e programas.

Nesse contexto é de assinalar, em primeiro lugar, a desmaterialização dos procedimentos, que veio permitir que todo o processo de revisão do PDM de Caminha se realize em suporte digital.

Por outro lado, a disponibilidade de cartografia digital assim como de programas informáticos para a sua manipulação, vieram introduzir um novo rigor na produção das plantas do PDM, permitindo ainda a compatibilizar com informação proveniente de diversas fontes, por exemplo ao nível das servidões e restrições de utilidade pública.

É de assinalar ainda a existência de um conjunto de normas e orientações técnicas que vieram introduzir uma maior uniformização e simplificação dos procedimentos.

Por último, devem ser incorporados no PDM de Caminha os novos IGT e as alterações ao nível das servidões e restrições de utilidade pública que ocorreram desde que o PDM foi elaborado.



## 1.2 Estrutura do relatório

Em termos de organização, o presente relatório engloba quatro grandes pontos, de acordo com a tabela abaixo apresentada.

Tabela 1 – Estrutura do relatório

<b>1 Introdução</b>	Apresenta o enquadramento do processo de revisão, a metodologia adotada, assim como o faseamento e calendarização dos trabalhos.
<b>2 Situação de referência</b>	Apresenta a situação de referência, que serve de base ao processo de revisão, a nível nacional, regional e sectorial, assim como em termos locais, considerando as características do território, o PDM em vigor, os compromissos assumidos e os condicionantes presentes.
<b>3 Proposta</b>	Apresenta as opções estratégicas e os objetivos de desenvolvimento, a proposta de classificação e qualificação do solo, as unidades operativas de planeamento e gestão e as perspetivas em termos de execução e financiamento.
<b>4 Conclusão</b>	Apresenta as principais conclusões relativas ao processo de revisão.

## 1.3 Metodologia

O conteúdo documental do PDM de Caminha que advém do processo de revisão segue o estipulado no art.º 97.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que define os elementos que constituem o plano, os elementos que acompanham o plano, assim como os elementos complementares.

Tabela 2 – Conteúdo documental do PDM de Caminha

<b>Elementos que constituem o plano</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Regulamento;</li><li>b) Planta de ordenamento (representa o modelo de organização espacial do território, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos, as unidades operativas de planeamento e gestão definidas e, ainda, a delimitação de zonas de proteção e de salvaguarda dos recursos e valores naturais);</li><li>c) Planta de condicionantes (identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento).</li></ul>
<b>Elementos que acompanham o plano</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Relatório (explicita a estratégia e modelo de desenvolvimento local, nomeadamente os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas para o modelo de organização espacial, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições ambientais, económicas, sociais e culturais para a sua execução);</li></ul>

	<p>b) Relatório ambiental (no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos);</p> <p>c) Avaliação Ambiental Estratégica;</p> <p>d) Programa de execução (contém as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias do Estado e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções do Estado e as intervenções municipais previstas a longo prazo); / Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira.</p>
<b>Elementos complementares</b>	<p>a) Planta de enquadramento regional (em escala inferior à do Plano Diretor Municipal (PDM), com indicação dos centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação, infraestruturas relevantes e grandes equipamentos que servem o município e indicação dos demais programas e planos territoriais em vigor para a área do município);</p> <p>b) Planta da situação existente (com a ocupação do solo à data da deliberação que determina a elaboração do plano); / Planta e relatório com a indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanísticas emitidos, bem como das informações prévias favoráveis em vigor ou declaração comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;</p> <p>c) Mapa de ruído;</p> <p>d) Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;</p> <p>e) Ficha dos dados estatísticos em modelo disponibilizado pela Direção-Geral do Território;</p> <p>f) Estudos complementares de caracterização e diagnóstico;</p> <p>g) Carta da Estrutura Ecológica Municipal.</p>

## 2 Situação de referência

### 2.1 Âmbito nacional, regional, sub-regional e sectorial

De acordo com o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, “devem ser integradas no PDM ou intermunicipal e aí adaptadas as orientações de desenvolvimento territorial decorrentes dos programas de âmbito nacional, regional e sub-regional”.

Nesse sentido foram integradas no processo de revisão do PDM de Caminha as diretrizes estabelecidas pelos IGT de âmbito nacional, regional, sub-regional e de natureza sectorial, no sentido de articular as suas orientações com a proposta de âmbito local.

Os instrumentos de referência considerados, identificados na tabela seguinte e apresentados mais detalhadamente no Anexo I, são também referidas pelo Relatório de Fatores Críticos e no Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de Caminha.

*Tabela 3 – Programas de âmbito nacional, regional e sub-regional*

Instrumento	Acrónimo
Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial	PNPOT
Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade	ENCNB
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira	ENGIZC
Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020	ENM
Programa Nacional para as Alterações Climáticas	PNAC
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	PEPS
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
Plano Nacional da Água	PNA
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	PENSAAR 2020
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos	PERSU 2020
Plano de Desenvolvimento Rural 2020	PDR 2020
Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal	Turismo 2020
Estratégia Nacional para a Energia	ENE
Plano Rodoviário Nacional	PRN – 2000

Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte	PROT – N
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha – Espinho	POOC
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho	PROF AM
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima	PGRH do Minho e Lima
Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Alto Minho 2020	AM 2020
Plano Estratégico do Sítio da Rede Natura do Litoral Norte	PESRN-LN
Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndio de Caminha	PMDFCI – Caminha
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Caminha	PMEPC – Caminha
Plano Estratégico de Cooperação da Galiza-Norte de Portugal	PECG-NP

## 2.2 Âmbito local

### 2.2.1 Planos ou outros instrumentos

Relativamente a instrumentos de âmbito local com contributos (mais ou menos diretos) para a proposta, foi feita uma reflexão relativamente aos seguintes:

- Carta Educativa;
- Agenda 21 Local de Caminha;
- URBCOM;
- Plano de Desenvolvimento Social.

### 2.2.2 Estudos de caracterização

Para apoiar o diagnóstico, foram elaborados os estudos de caracterização do território municipal, agrupados em nove temas, designadamente:

1. Enquadramento e caracterização físico-morfológica;
2. Análise sociodemográfica;
3. Acessibilidades e transportes;
4. Infraestruturas;
5. Atividades económicas;
6. Equipamentos;
7. Recursos agroflorestais e património natural;
8. Turismo;
9. Património cultural.
10. Articulação do PSRN2000 e os PDM's do Alto Minho"

### 2.2.3 Avaliação do PDM em vigor

Também a avaliação do PDM em vigor foi uma peça importante para as opções que serviram de base a proposta de revisão. Essa avaliação consubstanciou-se numa reflexão sobre os efeitos das propostas do PDM em vigor no território, enquadrada por tópicos/temas nomeadamente:

- Espaços agrícolas;
- Espaços florestais;
- Espaços naturais;
- Espaços urbanos;
- Espaços urbanizáveis:
  - Espaços de habitação social (HS);
  - Zonas de carácter turístico (HT);
- Espaços para equipamento e lazer;
- Espaços verdes públicos;
- Espaços culturais;
- Espaço para indústrias e armazéns;
- Espaço para indústrias pirotécnicas.

#### 2.2.3.1 *Espaços agrícolas*

As restrições que o Plano Diretor Municipal de Caminha (PDMC) em vigor associou aos espaços agrícolas, em particular aos espaços agrícola “de produção” e “agrícola complementar” (mais restritivas que o próprio regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN)), traduzidas nos artigos 10.º e 11.º do Regulamento, comprometeram o desejável fortalecimento das atividades do setor primário e o acolhimento de atividades complementares (apicultura e pecuária, p. ex.), mas também ações de outra natureza tais como empreendimentos do ramo turístico, instalações de recreio e lazer, atividades industriais e comerciais, entre outras. Comprometeram também o efetivo aproveitamento agrícola dos solos, que detinham essa vocação e a plena exploração dos recursos endógenos, tão importantes à coesão social e territorial. No mesmo sentido, comprometeu-se a manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas e a fixação da população ativa na agricultura.

Em síntese, o desinvestimento naquele setor pôs em risco a sustentabilidade dos solos com vocação agrícola, comprometendo a sua gestão racional e o seu contributo para a economia local e a sua utilização no sentido da promoção da competitividade dos territórios rurais.

Pelas razões expostas encontrou-se, entretanto, a oportunidade para inverter esta tendência, ainda antes do fecho do processo de revisão do PDM, tendo sido entretanto promovida a alteração pontual aos artigos

6.º, 10.º e 11.º do Regulamento (Aviso n.º 1569/2016, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 27, de 9 de fevereiro de 2016).

Para apoiar o que acima referimos, atente-se ao quadro que se segue.

*Tabela 4 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços agrícolas*

ESPAÇOS AGRÍCOLAS	1989	1999
<b>Área afeta à categoria: 1812,43 ha</b>		
Terra arável limpa	29,4%	12,0%
Área média de terra arável limpa por exploração	1,4 ha	1,0 ha
Superfície agrícola utilizada	79,4%	54,3%
Percentagem de explorações com superfície agrícola não utilizada	4,4%	21,1%

O quadro anterior leva-nos a concluir que, pese embora tenha sido identificada a vocação agrícola de 1812 ha, certo é que o decréscimo dos indicadores relativos à efetiva utilização do solo para aquele fim (agrícola) permitem demonstrar a fraca rentabilidade das explorações agrícolas do concelho, o que denuncia, também, um franco desinvestimento no sector.

#### *2.2.3.2 Espaços florestais*

No que concerne à classificação de solo, apenas compreende duas subcategorias: Mata de Produção e Pastagem de Montanha/Gândara.

*Tabela 5 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços florestais*

ESPAÇOS FLORESTAIS	Área (ha)
<b>Subcategorias</b>	
Mata de Produção	789,41
Pastagem de montanha /Gândara	1435,98
Total	2225,39

Esta categoria de espaço, não compreendeu as áreas das Matas Nacionais da Gelfa e do Camarido, já que não se verificava enquadramento nas subcategorias existentes e nas respetivas condições de uso, e por isso foram classificadas como Espaço Natural.

As restrições de uso repetem-se em ambas as subcategorias, e estabelecem interdições à salvaguarda dos solos e desses espaços, nomeadamente construções de loteamentos e novas edificações que não as de uso exclusivo para apoio a explorações florestais. Contudo, o estabelecimento de regras restritas à alteração do solo não se adequam às necessidades específicas para a prática da produção florestal. De

igual modo não se estabelecem modelos de silvicultura que promovam a qualidade dos espaços florestais e a prevenção dos fogos florestais. Facto é que a área florestal tem vindo a diminuir ao longo dos anos e a sua degradação é cada vez mais acentuada.

Tabela 6 – Evolução da área florestal no concelho de Caminha

COS 1990*	COS 2007*	COS 2015**
9773,85ha	9735,36ha	9406,82ha
Fonte: *COS90 e COS07; **COS atualizada pelo Município		

Ao nível das servidões e restrições à utilidade pública, apenas se delimitaram as áreas submetidas a Regime Florestal, denominadas em regulamento como “Perímetros Florestais”. Da aplicação da referida servidão decorreram problemas decorrentes da não compatibilização entre a Planta de Condicionantes e a Planta de Ordenamento, já que à data da elaboração não se verificou a desanexação e desafetação das áreas propostas para solo urbano e solo urbanizável respetivamente, facto que condicionou a edificação em vários espaços.

#### 2.2.3.3 Espaços naturais

Integraram esta categoria de espaço as áreas cuja fragilidade ecológica, valor ou potencial paisagístico ou ainda a sua proteção, recuperação e gestão, justificavam o seu enquadramento no regime da REN, a que ficaram sujeitas.

Porém e desde logo, a falta de correspondência entre as mesmas (vertidas para a carta de ordenamento) e as áreas efetivamente sujeitas ao regime da REN (por força da sua delimitação/identificação na carta de condicionantes), originou conflitos de gestão que conduziram à estagnação dessas áreas (designadamente quanto aos objetivos de recuperação), vendo-se comprometidos as metas definidas para esta categoria de espaços. Na prática verificou-se de forma constante uma absoluta falta de espaço jurídico para a gestão das mesmas, quer pela rigidez do Regulamento quer ainda por ausência de responsabilização da tutela (não estando, efetivamente, sujeitas ao regime da REN, a sua gestão não caberia ao organismo da tutela).

Desta categoria faziam parte os espaços que se identificam no mapa resumo que se segue.

Tabela 7 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços naturais

<b>ESPAÇOS NATURAIS</b>	<b>Área prevista em PDM (ha)</b>	<b>% em relação ao total</b>
<b>Subcategorias</b>		
Leitos de cursos de água, mata ribeirinha, orla e sebes vivas	60,84	0,9%
Mata de proteção	3764,23	55,3%
Mato	2452,40	36,1%
Cordão litoral	133,40	2,0%
Sapal	197,14	2,9%
Mata Nacional do Camarido	145,23	2,1%
Mata Nacional da Gelfa	48,64	0,7%
<b>TOTAL</b>	<b>6801,88</b>	<b>100%</b>

#### 2.2.3.4 Espaços urbanos

O PDMC em vigor definiu como espaços urbanos, os espaços que detinham estatuto de ocupação para fins urbanos, por dispor ou serem suscetíveis de vir a dispor, a curto ou médio prazo, de infraestruturas urbanísticas adequadas à concentração de funções urbanas. Caracterizam-se, portanto por um nível considerável de infraestruturização e concentração de edificações e em que o solo se destina predominantemente à construção.

Dentro desta categoria de solo foram ainda identificadas três subcategorias (alta, média e baixa densidade).

Identificam-se os seguintes aglomerados urbanos no concelho:

- Coincidentes com as freguesias de Caminha, Vilarelho, Vila Praia de Âncora, Moledo, Seixas e Lanhelas, sendo as únicas que admitiram a subcategoria de espaço urbano de alta densidade e que registaram maior nível de ocupação. Correspondem a zonas habitacionais cuja tipologia dominante é plurifamiliar, podendo coexistir com tipologias unifamiliares ou em banda (geminada ou isolada);
- Os *espaços de média densidade* correspondem a zonas cuja tipologia dominante é a moradia isolada ou em banda, localizando-se essencialmente nas freguesias do litoral e em alguns centros de freguesia, das zonas de transição e do interior;
- Os *espaços urbanos de baixa densidade* foram os que registaram menor ocupação e correspondem a zonas cuja tipologia dominante continua a ser a unifamiliar, isolada geminada ou em banda, localizando-se essencialmente nas freguesias de transição ou do interior.



#### 2.2.3.5 Espaços urbanizáveis

Foram definidos como espaços urbanizáveis, os espaços que detinham, igualmente, o estatuto de ocupação para fins urbanos, por disporem ou serem suscetíveis de vir a dispor, a curto ou médio prazo, de infraestruturas urbanísticas adequadas à concentração de funções urbanas (usos diversificados), ainda que, reconhecidamente, se trate de áreas com menor infraestruturação de base e por isso sujeitas, as novas intervenções, nos termos da caracterização então feita, à elaboração de planos de pormenor, operações de loteamento urbano ou obras de urbanização que satisfizessem as necessidades.

Estas áreas estavam sujeitas, por esta razão, a ações planificatórias prévias.

Integraram esta categoria de solo cinco subcategorias (alta, média e baixa densidade, zonas de habitação social e zonas de carácter turístico), sendo que os espaços urbanizáveis de alta densidade se restringiram ao aglomerado de Vila Praia de Âncora (índice 0.80). Os espaços urbanizáveis de alta densidade/índice 0.70, aplicar-se-iam apenas às freguesias de Caminha, Seixas, Moledo, Âncora e Lanhelas. Reconheceu-se com esta distinção, uma maior pressão urbanística sobre o aglomerado de Vila Praia de Âncora, cujo histórico da década anterior assim o demonstrou.

As restantes freguesias, cuja tipologia coincide com aglomerados mais dispersos, distribuíram entre si as subcategorias de espaço urbanizável de média e baixa densidade (os critérios subjacentes à sua delimitação foram idênticos à categoria dos espaços urbanos).

Da análise aos dados recolhidos conclui-se que a taxa de ocupação efetiva das áreas urbanizáveis, ou seja, aquelas cuja ocupação urbana se previa pudesse acontecer no prazo de vigência do PDM, se cifrou nuns meros 27.6% da área total (menos de um terço da área delimitada), à semelhança dos valores de outros municípios analisados. Para esta previsão de expansão, pouco realista face aos dados disponíveis, que demonstravam já tendência para a estagnação da curva demográfica, terão contribuído experiências anteriores do município, que registou uma forte pressão urbanística na década anterior à data da publicação do Plano.

Tabela 8 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços urbanizáveis

Freguesias	Espaço urbano + Espaço urbanizável (ha)	Espaço urbanizável (ha)	Espaço urbanizável efetivamente ocupado (ha)	% espaço urbanizável efetivamente ocupado (%)
Âncora	184,87	83,65	21,82	26,1%
Vila Praia de Âncora	237,54	44,14	15,04	34,1%
Vile	113,29	25,36	2,66	10,5%
Riba de Âncora	146,02	47,79	8,63	18,1%
Orbacém e Gondar	105,73	37,78	4,85	12,8%
Dem	74,37	26,02	7,04	27,1%

Argas	82,69	41,41	2,08	5,0%
Venade e Azevedo	204,55	65,10	20,81	32,0%
Argela	80,83	27,52	4,97	18,0%
Moledo e Cristelo	227,68	86,08	35,63	41,4%
Caminha e Vilarelho	211,42	92,37	26,25	28,4%
Seixas	188,86	69,00	31,04	45,0%
Lanhelas	94,37	19,06	5,72	30,0%
Vilar de Mouros	187,77	69,66	16,55	23,8%
<b>TOTAL</b>	<b>2 139,99</b>	<b>734,95</b>	<b>203,10</b>	<b>27,6%</b>

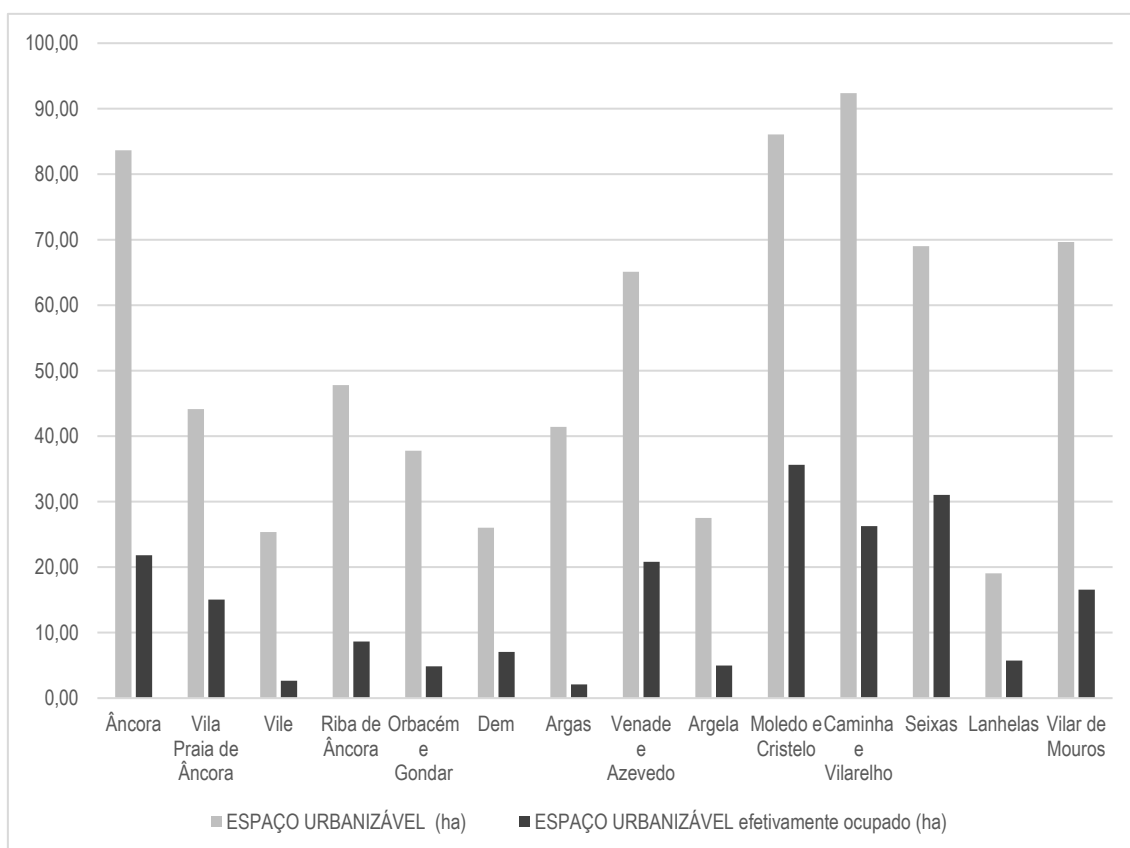


Gráfico 1 – Avaliação do PDM em vigor – Relação entre o solo urbanizável previsto e a área efetivamente ocupada

Acrescidamente, concluímos que os números de partida – mais 735ha para a expansão expectável - permitiriam acomodar cerca de 29500 novos residentes (!) quando os censos de 2001 (6 anos depois da publicação do PDM), indicavam que a população residente se situava em cerca de 17000, traduzindo-se num novo exercício pouco esclarecido de quase triplicação da população (mais 173%). Ou seja, Caminha passaria dos cerca de 17000 para os 46000 habitantes.

Tabela 9 – Avaliação do PDM em vigor – Solo urbanizável / População expectável

Freguesias	H1 (0,7/0,8)	H2 (0,5)	H3 (0,3)	subtotal (H1+H2 +H3)	a.b.c. admissível (m²)	N.º fogos (300m² /fogo)	acréc. pop. expect. (3p./ fogo)	pop. res. (censos 2001)	pop. res. (censos 2011)	pop. total (expect horiz plano)	variação (%)
Âncora	4,3	34,1	29,7	68,0	289 073	964	2 891	1058	1182	3949	273%
Argas		19,2	22,2	41,4	162 648	542	1 626	258	208	1884	630%
Argela		27,5		27,5	137 607	459	1 376	435	393	1811	316%
Caminha e Vilarelho		49,3	27,0	76,3	327 342	1 091	3 273	2537	2471	5810	129%
Dem		2,3	23,7	26,0	82 673	276	827	462	363	1289	179%
Gondar e Orbacém		24,4	13,4	37,8	162 173	541	1 622	505	435	2127	321%
Lanhelas		18,3		18,3	91 590	305	916	1080	991	1996	85%
Moledo e Cristelo		43,1	28,4	71,5	300 667	1 002	3 007	1519	1566	4526	198%
Riba de Âncora		17,0	30,8	47,8	177 429	591	1 774	778	723	2552	228%
Seixas	3,2	46,2	18,2	67,6	307 941	1 026	3 079	1578	1502	4657	195%
Venade e Azevedo		40,5	24,6	65,1	276 387	921	2 764	1024	975	3788	270%
Vila Praia de Âncora		35,1	8,5	43,6	200 861	670	2 009	4688	4820	6697	43%
Vilar de Mouros		57,3	8,2	65,5	310 951	1 037	3 110	819	753	3929	380%
Vile		25,4		25,4	126 798	423	1 268	328	302	1596	387%
<b>TOTAL</b>	<b>7,4</b>	<b>439,7</b>	<b>234,5</b>	<b>681,7</b>	<b>2 954 141</b>	<b>9 847</b>	<b>29 541</b>	<b>17 069</b>	<b>16 684</b>	<b>46 610</b>	<b>173%</b>

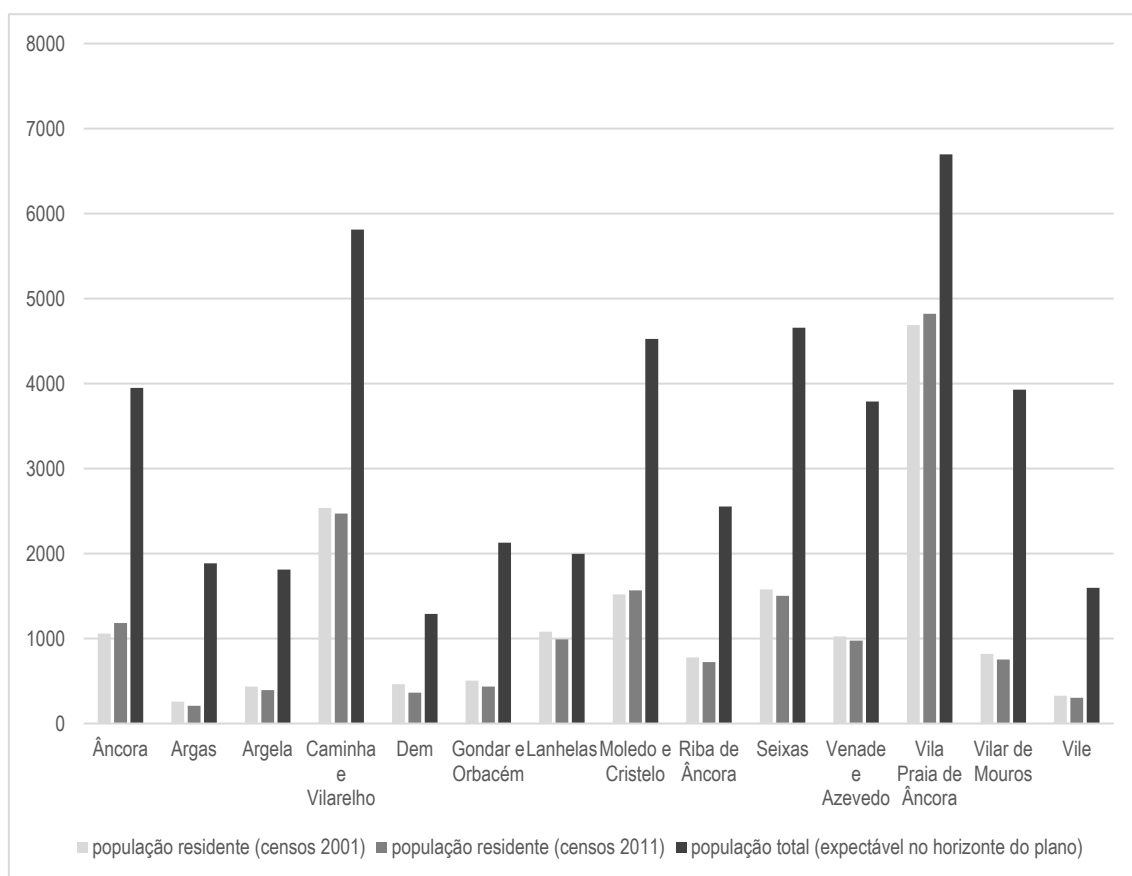


Gráfico 2 – Avaliação do PDM em vigor – População expectável

#### 2.2.3.6 Espaços de habitação social (HS)

Identificados na carta de ordenamento as freguesias de Âncora, Moledo, Seixas, perfazendo uma área estimada de 13.47 hectares.

Não se vê que a ocupação destas áreas tenha sido objeto do devido cuidado ao nível da sua regulamentação, prevendo-se apenas que as mesmas ficassem sujeitas aos indicadores urbanísticos das áreas periféricas e que estas deveriam corresponder aos anseios e formas de viver das populações que viessem a albergar (vide art. 27º do RPDM).

Os objetivos implícitos não se mostraram atingidos, porventura em consequência de uma ausência de políticas locais de alojamento e de construção de habitação social (substituída por outros programas avulso).

Por outro lado, à qualificação destas áreas em sede de PDM não se seguiram ações por parte do município com vista à garantia da efetiva ocupação na forma prevista e cumprimento dos objetivos do plano, através de uma política ação social concertada e sustentada que, salvo melhor entendimento, poderia incluir a aquisição dos terrenos assim identificados.

A ocupação pontual destas áreas fez-se de modo pouco estruturado/programado e à mercê do impulso e das iniciativas individuais de promotores/proprietários.

Tabela 10 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços de habitação social (HS)

ESPAÇOS PARA HABITAÇÃO SOCIAL			
freguesia	área prevista em PDM	% da área efetivamente ocupada	observações
Âncora	3,05	40%	ocupação não afecta à categoria específica
Lanhelas	0,74	0%	
Moledo	2,45	0%	
Moledo	1,07	100%	a ocupação (sazonal) verificada não reflete as preocupações do plano
Seixas	1,41	0%	previa a ampliação do bairro social existente
V. P. Âncora	0,56	0%	
Vilar de Mouros	1,36	0%	
Vilar de Mouros	2,84	50%	já ocupado à data da publicação do PDM
TOTAL	13,48		

#### 2.2.3.7 Zonas de carácter turístico (HT)

A delimitação e regulamentação destas áreas centrou-se muito em preocupações relacionadas com aspetos físicos e de edificabilidade.

As áreas identificadas perfazem um total de 5.79 hectares e restringem-se a três freguesias (Âncora, Cristelo e Vilarelho) sendo que, nas duas primeiras, parece-nos que a estratégia passou apenas pela possibilidade de expansão de empreendimentos turísticos existentes (“complexo turístico sereia da gelfa” e “aldeamento do Camarido”).

A aposta na diferenciação e previsão de uma área com alguma expressão territorial centrou-se na freguesia de Vilarelho, a cotas altas (base do monte de Santo Antão). A estratégia resultou comprometida face à evidente falta de procura mas também porque a localização se revelou errada do ponto de vista da acessibilidade e distância aos centros urbanos de maior atratividade e dinâmica.

A construção/implantação de novos empreendimentos turísticos foi acontecendo de forma tímida, noutros pontos do concelho ou, de forma mais acentuada, fora dos aglomerados e muito centrada na recuperação de edificado, com uma orientação muito particular para o Turismo em Espaço Rural (TER).

Nas duas áreas localizadas em Âncora e Cristelo verificou-se uma ocupação muito residual na primeira e visou a ampliação do complexo turístico existente (“sereia da gelfa”).

Algum excesso de permeabilidade do Regulamento PDM no tocante a estas áreas permitiu que de forma generalizada, fosse aceite a ocupação urbana destinada a habitação, quando esta, à partida, se esperaria que constituísse exceção.

Tabela 11 – Avaliação do PDM em vigor – Zonas de carácter turístico (HT)

ZONAS DE CARÁCTER TURÍSTICO				
freguesia	área prevista em PDM (ha)	área efetiv. ocupada (aprox.)	% da área ocupada (*)	observações
Âncora	12,62	1,07	8,48%	ampliação empreendimento turístico "Sereia da Gelfa"
Cristelo	1,33	0,26	19,55%	apenas uso residencial
Vilarelho	25,84	8,20	31,73%	apenas 1 ha afecto a uso turístico e ainda sem ocupação urbana
TOTAL	39,79	9,53	23,95%	
(*) não reflete o uso turístico				

#### 2.2.3.8 Espaços para equipamento e lazer

O capítulo VIII do Regulamento do PDM em vigor tratou dos espaços para equipamento e lazer e elencou um conjunto de áreas que teriam uma dimensão relevante e que seriam destinados à localização exclusiva de equipamentos de interesse público (bem como espaços verdes de uso coletivo, tratados mais adiante).

A redação da norma e a caracterização feita evidencia uma tendência dominante para a concentração em áreas com potencial turístico (assim visto à data) e com manifestas expectativas de ocupação/transformação que, nalguns casos, também não obtiveram qualquer tradução.

Os estudos de caracterização feitos em fase prévia demonstraram que a rede de equipamentos existentes é, nas diversas vertentes, suficiente para a resposta necessária, assim se justificando o desinvestimento em novas áreas de equipamentos ou a construção de equipamentos de raiz, como se refere a seguir:

- Ação social: as opções tomadas neste plano recaíram sobre políticas de proximidade que justificaram a desnecessidade de novos edifícios/equipamentos;
- Educação: o encerramento de diversos estabelecimentos, em 2007, imposto pelo Ministério da Educação, implicou a reestruturação da rede de equipamentos de ensino face à concentração de alunos nalguns estabelecimentos. Por outro lado, a população escolar apresentou tendência de decréscimo, que acompanhou a tendência nacional;
- Turismo: existência de um número satisfatório de equipamentos, assim considerados, designadamente parques de campismo. Por outro lado, no concelho de Caminha, evidencia-se uma clara preferência pelo TER (a taxa de ocupação dos parques será 30% inferior à taxa de ocupação no TER);
- Cultura: o concelho supera o limiar mediano, quando feita leitura comparativa do número de equipamentos culturais com os existentes em áreas urbanas com indicadores populacionais semelhantes (entre os 10 000 e os 19 999 habitantes);
- Religião: também o legado patrimonial do concelho se revela vasto e não justificou a ampliação do número de espaços consignados a este fim;
- Saúde: quando cruzadas as exigências normativas atuais com a tendência para o decréscimo da população conclui-se que os equipamentos de saúde, construídos antes de 1999, detêm parâmetros de dimensionamento que vão já ao encontro dos limites desse quadro legal. Por outro lado o rácio médico/habitantes tenderá a elevar-se;
- Equipamentos administrativos: o município foi considerado “satisfatoriamente apetrechado” e acresce o facto de este distar cerca de 25km do local/centro urbano (Viana do Castelo) que centraliza outros serviços que não têm representação no concelho;
- Desporto e Lazer: o concelho estava servido por parque de instalações desportivas heterogéneo, razoavelmente equipado, mas detinha igualmente um conjunto significativo de estruturas abandonadas ou desatualizadas, para as quais foi canalizada a prioridade de intervenção.

As conclusões atrás expostas justificaram, neste capítulo e com raras exceções, um evidente desinvestimento em novas áreas de equipamento, assim delimitadas no PDM em vigor, em contraponto

com investimentos feitos nos equipamentos preexistentes com vista à sua manutenção e/ou adequação a novas exigências.

Procuramos, no mapa que se segue sintetizar e agrupar esses espaços em função das valências e dos objetivos que os mesmos perseguiram.

Tabela 12 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços para equipamento e lazer

ESPAÇOS PARA EQUIPAMENTOS E LAZER	área prevista em PDM	% relativa à área prevista em PDM (ha)
Lazer e turismo	36,31	45,9%
Comércio e serviços	4,8	6,1%
Infraestruturas	21,18	26,8%
Ensino	3,24	4,1%
Desporto	13,26	16,8%
Saúde	0,27	0,3%
Total	79,06	

#### 2.2.3.9 Espaços verdes públicos

Foram delimitados, nesta subcategoria de espaços e integrados na categoria dos espaços para equipamento e lazer, três áreas com dimensão relevante melhor identificadas no mapa resumo que se segue.

Trata-se de um conjunto de parcelas de uso e fruição pública, destinadas, de acordo com o Regulamento, ao recreio e lazer ao ar livre e assinaladas como grandes manchas ajardinadas.

Sem perderem nenhuma dessas condições, foram totalmente intervencionados, dando lugar a novos espaços urbanisticamente qualificados, ordenados e equipados com edifícios complementares de apoio.

Tabela 13 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços verdes públicos

ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS			
designação	freguesia	área prevista em PDM (ha)	observações
Parque municipal	Caminha	1,66	Requalificado
Área envolvente ao Forte do Cão	V. P. Âncora	3,09	Intervencionado na sua totalidade, mantendo-se afeto ao uso anterior. Previu igualmente a requalificação dos áreas e edifícios de apoio à atividade da pesca.
Parque Ramos Pereira	V. P. Âncora	1,73	Requalificado
	TOTAL	6,48	

#### 2.2.3.10 Espaços culturais

Para efeitos da presente, foram identificadas e delimitadas um conjunto de quatro subcategorias de espaços que perfazem 103.32 ha, melhor identificados como:

- Área urbana com valor cultural;
- Área não urbana com valor cultural;
- Imóveis classificados;
- Centro Histórico de Caminha.

Os valores identificados visaram reconhecer, de forma ampla, o interesse histórico, arqueológico, artístico, paisagístico, científico e social associados a cada uma das subcategorias.

Forma traçados objetivos que visaram a preservação e a conservação dos aspetos homogêneos da imagem e do perfil de paisagens de núcleos antigos (vide Regulamento), ficando os mesmos sujeitos a um regime de proteção, conservação e recuperação.

A restante regulamentação (condições de uso e edificabilidade) viria a demonstrar falta de eficácia do PDM nalguns casos (exemplo do centro histórico de Caminha e à eternizada falta de plano de pormenor/salvaguarda, que chegou a ser iniciado) ou ainda a notória dificuldade de aplicação do Regulamento (caso das áreas não urbanas com valor cultural), cuja ambiguidade das normas ditou algum abandono e desqualificação dessas áreas (exemplo do trecho do Rio Coura).

Por outro lado, resulta a convicção de que outras áreas de igual ou maior valor poderiam e deveriam ter sido incluídas nesta estratégia de preservação e conservação. Exemplos disso são a frente do rio Minho coincidente com a freguesia de Seixas (cais+marginal) e alguns aglomerados rurais na serra d'Arga.

Tabela 14 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços culturais

ESPAÇOS CULTURAIS	área prevista em PDM (ha)	% em relação à área prevista em PDM
Subcategorias		
Área urbana com valor cultural	7,22	6,99%
Área não urbana com valor cultural	66,48	64,34%
Imóveis classificados	18,38	17,79%
Centro Histórico de Caminha	18,46	17,87%
TOTAL	103,32	

#### 2.2.3.11 Espaços para indústrias e armazéns

Estas áreas correspondem a uma subcategoria de solo integrada na categoria do espaço urbano e foram identificadas e delimitadas em sede de PDM com o objetivo estratégico de garantir a existência/criação de postos de trabalho nas proximidades de zonas habitacionais.



A esta qualificação correspondeu uma área total de 28.68 há, conforme mapa resumo no final desta secção.

A ocupação destas áreas não resultou da forma esperada uma vez que, da totalidade da área identificada, apenas foi concretizada a zona industrial da gelfa, posteriormente rebatizada como “zona empresarial da gelfa” (ZEG). Para o efeito o município promoveu a urbanização e reparcelamento da área delimitada, tendo-se concretizado 22 lotes urbanos destinados à fixação de empresas cuja vocação corresponderia, à partida, aos anseios do plano. A falta de procura dessas áreas, por um lado e uma aparente falta de vocação das empresas interessadas conduziu à alteração do Regulamento daquela área, com vista à possibilidade de, então, se acolherem empresas ligadas às mais variadas atividades (armazéns, prestação de serviços, comércio, etc.)

O município concretizou igualmente um Regulamento das condições acesso àqueles terrenos que, pela sua configuração, associada a preços de aquisição nem sempre apelativos ao início da atividade, não se traduziu na eficácia desejada. Por outro lado, ainda, a falta de flexibilidade do projeto de loteamento associada às características e exiguidade dos lotes, afastou igualmente alguns candidatos à fixação de atividades.

As restantes áreas, como tal identificadas no plano, ou não foram ocupadas para além das atividades já existentes ou não foram, sequer, objeto de iniciativa por parte do município, com vista à elaboração dos planos ou estudos a que estas áreas estavam obrigatoriamente sujeitas. Para este desfecho poderá igualmente ter contribuído a oferta disponibilizada pelos concelhos limítrofes, com melhores condições de acessibilidade (ex. de V. Castelo ou V. N. Cerveira) e proximidade com infraestruturas influentes (ex. porto de V. Castelo).

Do exposto resulta evidente a fraca ocupação e reforçada a ideia de que esta – indústria - não será a vocação dominante do concelho.

Tabela 15 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços para indústrias e armazéns

ESPAÇOS PARA INDÚSTRIAS E ARMAZÉNS					
	freguesia	área prevista em PDM (ha)	área efetivamente ocupada (aproximada)	% da área ocupada	observações
Indústrias e armazéns propostos	Âncora	5,27	2,54	48,15%	ZEG correspondente a 27 lotes, dos quais 26 vendidos e 13 efetivamente ocupados
	Argela	12,65	0,00	0,00%	
	V. P. Âncora	1,79	1,79	100,00%	Para além das atividades já existente foi ocupado com armazém de materiais de construção
	Seixas / Lanhelas / Vilar Mouros	4,67			Inalterada a situação existente em 1995. Das três unidades existente apenas uma foi objeto de obras de ampliação. A restante área não foi ocupada

Indústrias e armazéns existentes	Lanhelas	1,20	0	0,00%	Indústria pirotécnica em 1995 e, entretanto, descativada.
	Lanhelas	3,15	0	0,00%	não sofreu alterações
	<b>TOTAL</b>	<b>28,73</b>			

#### 2.2.3.12 Espaços para indústrias pirotécnicas

A freguesia de Lanhelas esteve desde longa data ligada às artes e ofícios da pirotecnia, sendo-lhe reconhecido mérito muito para lá dos limites da área geográfica onde sempre esteve instalada.

A identificação de três áreas afetas a este uso, com exigências muito particulares em matéria de delimitação de zonas de proteção (*non aedificandi*), não corresponderam de todo às expectativas então depositadas. Por circunstâncias ditadas, ora por incidentes, ora pela alteração na produção dos espetáculos de pirotecnia, viria a verificar-se, ao longo dos 20 anos de vigência do PDM, um abandono gradual destas áreas por parte das empresas com competência (até se tornar definitivo).

Tabela 16 – Avaliação do PDM em vigor – Espaços para indústrias pirotécnicas

ESPAÇOS PARA INDÚSTRIAS PIROTÉCNICAS					
	freguesia	área prevista em PDM (ha)	área efetivamente ocupada (aproximada)	% da área ocupada	observações
Proposto	Lanhelas	1,60	0,00	0,00%	não ocupada
	Lanhelas	1,41	0,00	0,00%	não ocupada
Existente	Lanhelas	2,02	0,00	0,00%	descativada
	<b>TOTAL</b>	<b>5,03</b>			

#### 2.2.3.13 Conclusões

Esta avaliação veio reforçar os objetivos estratégicos que serviram de base ao RFC e as opções de desenvolvimento então traçadas (identificadas no ponto 3 deste relatório), e o desenvolvimento dos trabalhos foi orientado pelas seguintes preocupações, entre outras:

- Confinar o solo urbano às situações de colmatção, potenciando as infraestruturas existentes e apostando na sua beneficiação;
- Compreender se a redução do solo urbano a essas situações de colmatção, se torna suficiente para a acomodação das expectativas de crescimento demográfico;
- A aposta em novos equipamentos não deverá ser incentivada a menos que se trate de novos equipamentos imprescindíveis e concorrentes para a estratégia de desenvolvimento;

- d) Dimensionar a(s) área(s) industrial(ais) potenciando acessibilidades mais favoráveis a ponto de acolher eventuais interesses emergentes, criando-se ainda uma oferta distintiva relativamente às que são disponibilizadas nos outros concelhos;
- e) Identificar os valores patrimoniais (naturais, construídos e imateriais) considerando-os como recurso, promotor do desenvolvimento turístico (sustentável), entre outros.

#### 2.2.4 Registo de sensibilidades / Participação pública e institucional

A participação preventiva, iniciada com a abertura do procedimento de revisão, não se esgotou num primeiro período, mas esteve aberta durante todo o processo de revisão, até à discussão pública, tendo sido recebidas sugestões e informações quer de forma formal quer de forma informal.

A par deste atendimento permanente ao munícipe, a CMC promoveu ainda reuniões com todas as Juntas de Freguesia, auscultando diretamente os interessados e seus representantes.

Ao longo do processo de elaboração foram promovidas, nomeadamente com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), Direcção-Geral do Território (DGT), Infraestruturas de Portugal, entre outras entidades, reuniões setoriais preparatórias das reuniões plenárias entretanto realizadas, bem como foi pontualmente solicitada (e disponibilizada) a colaboração de outras entidades, para reunião de informação importante para a proposta.

O processo de participação revelou-se uma rica aprendizagem, quer para o munícipe, quer para a equipa que desenvolveu os trabalhos, denunciando uma crescente maturidade cívica e técnica que muito contribuiu para o sucesso da elaboração do trabalho.

#### 2.2.5 Condicionantes

No processo de revisão do PDM de Caminha foram consideradas as condicionantes, através da identificação das servidões administrativas e das restrições de utilidade pública em vigor que constituem limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Recursos Naturais:
  - a) Recursos Hídricos:
    - i) Domínio Hídrico:
      - Leitos e Margens dos Cursos de Água, (sendo a largura das margens de 10 metros com exceção das do rio Minho e do rio Coura, este até à ponte de Vilar de Mouros, que é de 50 metros);
      - Leito e Margens das Águas do Mar.

- ii) Zonas inundáveis.
- b) Recursos Geológicos:
  - i) Concessões mineiras e pedidos de concessão mineira;
  - ii) Pedreira.
- c) Recursos Agrícolas e Florestais:
  - i) RAN;
  - ii) Regime Florestal:
    - Regime Florestal Total: (Matas Nacionais (M.N.);
    - Regime Florestal Parcial: Perímetros Florestais (P.F.) - PF da Serra de Arga e PF das Serras de Vieira e Monte Crasto.
  - iii) Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios;
  - iv) Áreas de Perigosidade de Incêndio Florestal das Classes Alta e Muito Alta;
  - v) Regimes de Proteção Legal do Sobreiro, da Azinheira e do Azevinho;
  - vi) Regime de Proteção Legal a Árvores, Alamedas e Maciços Classificados.
- d) Recursos Ecológicos:
  - i) Reserva Ecológica Nacional (REN);
  - ii) Rede Natura 2000:
    - Sítios de Importância Comunitária (SIC):
      - Sítio de Importância Comunitária Rio Minho (PTCON0019);
      - Sítio de Importância Comunitária Litoral Norte (PTCON0017);
      - Sítio de Importância Comunitária Serra d'Arga (PTCON0039).
    - Zonas de Proteção Especial (ZPE):
      - Zona de Proteção Especial do Estuário dos rios Minho e Coura (PTZPE001).
- Património Cultural:
  - a) Imóveis Classificados:
    - i) Monumentos Nacionais;
    - ii) Imóveis de Interesse Público;
    - iii) Conjunto de Interesse Público;
  - b) Imóveis em Vias de Classificação.
- Infraestruturas:
  - a) Rede Elétrica:
    - i) Linhas elétricas de Alta Tensão.
  - b) Rede Rodoviária:
    - i) Itinerário Complementar;
    - ii) Estrada Regional;

- iii) Estrada desclassificada;
- iv) Estradas e caminhos municipais.
- c) Rede Ferroviária;
- d) Marcos Geodésicos.

## 2.2.6 Compromissos

No processo de revisão do PDM de Caminha e relativamente a operações urbanísticas suportadas por direitos adquiridos, foram considerados como compromissos os títulos válidos e que se encontrem em vigor, designadamente alvarás de loteamento, licenças administrativas, comunicações prévias admitidas, bem como as informações prévias favoráveis. A informação recolhida suportou-se na aplicação informática que apoia a Divisão de Urbanismo Planeamento, Obras e Edifícios (DUPOE), na gestão urbanística.

Essa informação, traduzida para a Planta da Situação Existente, foi considerada na delimitação do perímetro urbano – solo urbano.

As tabelas que se seguem apresentam a listagem dos compromissos acima referidos, e transpõe a base de dados associada à identificação cartográfica de cada caso.

Tabela 17 – Listagem de compromissos – Pedidos de Informação Prévia

Pedidos de Informação Prévia			
Nº Processo	Data Despacho	Requerente	Freguesia
8/15	09/05/2016	Eugénia Pereira da Silva e Outro	Âncora
11/16	09/05/2106	Caminha Village – Gestão Hoteleira	Âncora
17/16	27/05/2016	Rosa Maria Afonso Parente	Âncora
9/15	25/05/2016	Olga Elisabete Torres	Argela
18/14	18/02/2016	Sancho Alexandre Rocha Azevedo	Moledo <sup>i</sup>
19/14	11/02/2016	Vítor Manuel Lindade	Moledo <sup>i</sup>
9/14	03/11/2015	Hugo Lobo Gomes de Araújo	Moledo <sup>i</sup>
5/16	22/03/2016	Feliciano Monteiro Dias	Moledo <sup>i</sup>
13/16	09/05/2016	Rodrigo José Gonçalves da Costa	Seixas
14/16	10/05/2016	Rodrigo José Gonçalves da Costa	Seixas
3/15	19/06/2015	José Casimiro Lages	Vilarelho <sup>ii</sup>
15/16	07/06/2016	João Manuel Felgueiras da Silva Santos	Venade <sup>iii</sup>
16/16	21/06/2016	Daniel Manuel Vaz Lourenço	Moledo <sup>i</sup>
9/16	01/07/2016	Pedro Miguel Gonçalves Fernandes	Moledo <sup>i</sup>

8/16	09/06/2016	Maria da Graça Cunha Machado Ranhada	Vilar de Mouros
10/16	30/06/2016	Sara Maria dos Santos Silva	Vilar de Mouros
27/16	11/08/2016	Pedro Nuno Costa Gaitto Gonçalves Pereira	Venade <sup>iii</sup>
31/16	11/08/2016	José Pinto Cunha	Vila Praia de Âncora
32/16	11/08/2016	Couto & Pires Construção Lda.	Vilarelho <sup>iii</sup>
44/16	18/08/2016	Caminha Village – Gestão Hoteleira	Vilarelho <sup>iv</sup>
35/16	11/08/2016	Carlos Jorge Gonçalves Bastos	Moledo <sup>i</sup>
48/16	18/08/2016	Maria Suzete Morais Cravo	Vila Praia de Âncora
2/16	21/06/2016	Marco António Monteiro Dias	Moledo <sup>i</sup>
29/16	30/08/2016	José Castro & Filhos, S.A.	Vilarelho <sup>v</sup>
41/16	30/08/2016	Estuário do Minho – Imobiliária Turística, Lda.	Seixas

Tabela 18 – Listagem de compromissos – Licenciamento/Comunicação Prévia para obras de edificação

Licenciamento/Comunicação Prévia para obras de edificação		
Nº Processo	Requerente	Freguesia
89/13	Vasco Nascimento Lima Franco e Outra	Âncora
50/15	Fernando Rodrigues	Âncora
59/15	Maria Alina Souto Coelho	Âncora
61/15	Maria Alina Souto Coelho	Âncora
48/15	Eugénia Pereira da Silva	Âncora
3/15	Filipe André Martins Parente	Âncora
117/14	Joel Capitão Vila Chã	Âncora
30/16	Rui Manuel Taxa da Silva Araújo	Âncora
51/12	Paulo Sérgio Ferreira Castelo	Âncora
5/14	João Rodrigues Afonso e Ca. Lda.	Âncora
56/15	Fernando Manuel Araújo Felgueiras	Azevedo <sup>vi</sup>
144/11	Homem Ribeiro – Turismo Lda.	Cristelo <sup>i</sup>
108/13	Stefan Schafgassner, Unipessoal, Lda.	Cristelo <sup>i</sup>
78/13	José Filipe Gomes Cacaís	Lanhelas
22/14	José António Ramalhosa Lages	Lanhelas
33/10	Armando Silva Araújo	Moledo <sup>i</sup>
27/08	Construcaminha – Empreendimentos Imobiliários Lda.	Moledo <sup>i</sup>
81/14	Magalhães Carneiro, Lda.	Moledo <sup>i</sup>
131/15	Cláudia Mota Coelho	Moledo <sup>i</sup>
102/15	Raul Casal da Veiga	Moledo <sup>i</sup>

99/14	Paula Maria Didwallace de Bianchi Salgado Gama Rocha	Orbacém <sup>vii</sup>
75/15	Joaquim Paulo Pacheco Gomes	Seixas
91/14	José Maria dos Santos Moreira	Seixas
19/15	Transduo – Imobiliária, Lda.	Venade <sup>iii</sup>
34/16	Regina Maria Vieira Castro Alves	Venade <sup>iii</sup>
101/14	Hélder Manuel Alves Rodrigues	Vila Praia de Âncora
21/13	Augusto Norberto Pinheiro Alves de Carvalho	Vila Praia de Âncora
104/15	José Pinto da Cunha	Vila Praia de Âncora
40/15	Luís Manuel Pacheco Silva	Vila Praia de Âncora
134/15	Joaquim Fernandes de Castro	Vila Praia de Âncora
46/14	Maria de Fátima Basteiro	Vila Praia de Âncora
91/15	Nuno Miguel Figueiras Alves	Vila Praia de Âncora
60/13	Bento Davide Martins	Vila Praia de Âncora
137/15	António Ramos Fernandes	Vila Praia de Âncora
62/15	João Henrique Arieira	Vilar de Mouros
70/15	Deville II, Investimentos, SA	Vilar de Mouros
65/15	Sérgio Filipe Gomes Pereira	Vilar de Mouros
331/03	M.D.J. Ribas, Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
157/15	António da Silva Vieira e Domingas Rosa	Vilarelho <sup>ii</sup>
36/15	Manuel Raul Esteves Conde Gaspar	Vile
9/16	Circul'Air	Âncora
26/16	Maria de Lourdes Teles da Silva Fernandes	Moledo <sup>i</sup>
40/16	Maria Hortênsia Fernandes Gonçalves	Dem
57/16	Fernanda Cristina Gaspar Magalhães	Riba de Âncora
77/16	Jofre José Esteves Pinto e Outra	Vilarelho <sup>ii</sup>
80/16	Alexis Francis Marie Bensch	Cristelo <sup>i</sup>
110/16	Carlos Eduardo Pereira Alves e Outros	Riba de Âncora
113/16	Joaquim Manuel Raimundo Patrício	Âncora
59/16	GLG – Consultores, Lda. e Outros	Argela
68/16	Carlos Ferreira Freitas	Âncora
115/16	Eduardo Arnaldo de Ascensão Moreira da Silva	Vilar de Mouros
71/16	Carlos Manuel da Silva Domingues	Venade <sup>iii</sup>
24/16	Humberto Videira de Sousa e Outra	Vila Praia de Âncora
23/16	Vitor José Marques Mourão	Âncora
128/16	Construções António Pires Pinto, Unipessoal Lda.	Vila Praia de Âncora
106/16	Herdeiros de Olinto Pires Cardoso	Vile
48/12	Daniel da Costa Esteves e Outra	Vilarelho <sup>ii</sup>
82/14	António José Rodrigues Pinto Lopes	Cristelo <sup>i</sup>

Tabela 19 – Listagem de compromissos – Licenciamento/Comunicação Prévia para operações de loteamento

Licenciamento/Comunicação Prévia para operações de loteamento		
Nº Processo	Requerente	Freguesia
4/13	João Rodrigues Afonso	Âncora
3/13	Maria Alina Pereira Sousa Santos Souto Coelho	Âncora
2/13	João Rodrigues Afonso	Âncora
18/04	João Rodrigues Afonso & Ca. Lda.	Âncora
524/00	Conspatium – Construção Civil, Lda.	Âncora
8/06	Cândido José Machado Dias	Âncora
123/96	Junta de Freguesia de Âncora	Âncora
3/09	João Rodrigues Afonso & Ca. Lda.	Âncora
6/88	Paulino Velho Gomes	Âncora
122/96	Maria Alina Pereira Sousa Santos Souto Coelho	Âncora
7/87	Junta de Freguesia de Âncora	Âncora
302/96	Junta de Freguesia de Âncora	Âncora
566/00	José Luís Pires Moreira	Âncora
145/98	Jaime Rodrigues Valadares e Maria A. R. Valadares Gaspar	Âncora
12/05	Mário Rodrigues Alves	Arga de Baixo <sup>viii</sup>
464/91	C.M. Construções, Lda.	Argela
23/04	Maria da Graça Laranjeira	Argela
31/07	Horácio Guimarães	Caminha <sup>ii</sup>
14/07	Augusto dos Santos Bernardo	Caminha <sup>ii</sup>
524/01	Socigom, Lda.	Cristelo <sup>i</sup>
73/02	Pedro Manuel Frazão Correia da Silva	Cristelo <sup>i</sup>
20/05	Helena Larcher Graça da Rocha Melo	Cristelo <sup>i</sup>
326/97	Selminho	Cristelo <sup>i</sup>
274/90	Junta de Freguesia de Cristelo	Cristelo <sup>i</sup>
447/93	Virgílio de Jesus Pinto e Silva	Cristelo <sup>i</sup>
6/03	L2N – Imobiliário & Investimentos, Lda.	Lanhelas
217/92	Francisco Rodrigo Guerreiro da Silva	Lanhelas
1/86	Adelina dos Prazeres Dantas	Lanhelas
830/01	GRULIMA – Construções Lda.	Moledo <sup>i</sup>
19/05	Noémia Inês da Costa Peres	Moledo <sup>i</sup>
6/06	Rui Manuel Fernandes de Abreu Herdeiro e Outro	Moledo <sup>i</sup>



11/87	Armando Silva Araújo	Moledo <sup>i</sup>
7/08	Amílcar de Seabra Mascarenhas Saraiva	Moledo <sup>i</sup>
1/87	Augusto José Gomes Alonso e José Luís Mota Ferreira	Moledo <sup>i</sup>
478/95	Afonso & Gonçalves, Lda.	Moledo <sup>i</sup>
170/92	Artur Moutinho e Cunhas, Lda.	Moledo <sup>i</sup>
1/89	Junta de Freguesia de Moledo	Moledo <sup>i</sup>
2/86	Junta de Freguesia de Moledo	Moledo <sup>i</sup>
8/87	Junta de Freguesia de Moledo	Moledo <sup>i</sup>
5/86	João Marcial Esteves Giestal e Outros	Moledo <sup>i</sup>
375/97	Carlos Rodrigues de Azevedo e Ana Rodrigues Azevedo	Moledo <sup>i</sup>
1/80	Eduardo Augusto Gonçalves	Moledo <sup>i</sup>
104/96	Ernesto Barge Vieira	Moledo <sup>i</sup>
467/89	José Casimiro Lages	Moledo <sup>i</sup>
474/95	Construções Brandão e Martins, Lda.	Moledo <sup>i</sup>
309/00	Gaifem Ramos	Moledo <sup>i</sup>
75/96	Maria Augusta Leite Melo Cardoso da Silva	Moledo <sup>i</sup>
161/96	Maria Alice Dias de Sousa e Henrique Dias Sobreiro	Moledo <sup>i</sup>
2/88	Manuel Fernando Vaz e Serafim Domingues Marques	Moledo <sup>i</sup>
3/08	Maria Helena Vilar/Ana Maria Duarte e Ângela Cristina Rigor	Moledo <sup>i</sup>
14/79	Maria das Dores Gonçalves e Camilo José Cerquido	Moledo <sup>i</sup>
9/77	Manuel Monteiro Guardão	Moledo <sup>i</sup>
108/92	Gonzalez & Rodriguez, Constr. Lda.	Moledo <sup>i</sup>
4/07	José Carlos Borges Freitas	Moledo <sup>i</sup>
271/95	Norberto Ferreira Costa e Outros	Riba de Âncora
858/01	INVIMOB – Investimentos Imobiliários, Lda.	Riba de Âncora
25/06	Rustiancora – Construções Rústicas, Lda.	Riba de Âncora
11/04	Valente e Cairão, Lda.	Seixas
21/04	Carlos da Conceição Marinhos	Seixas
15/04	José Moutinho Martins Barbosa e outro	Seixas
626/01	Veigaminho – Gestão de Propriedades Lda. e Outro	Seixas
8/07	Miguel Ângelo Gonçalves Caxide	Seixas
345/01	HABI-SEIXAS, Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, Lda.	Seixas
1-A/84	Olinda Peixoto Magalhães	Seixas
4/05	Multimedida, Lda.	Seixas
500/97	Cândido da Cruz Pinto	Seixas
1/88	António Joaquim Rodrigues de Matos	Seixas
418/93	António Gonçalves de Catarina	Seixas
4/92 e 3/03	Caminha Village – Gestão Hoteleira, Turística e Imobiliária, SA	Seixas

154/99	Álvaro Morais Cairrão	Seixas
295/89	Francisco Sebastião Lages	Seixas
4/87	Humberto Manuel Malheiro de Barros	Seixas
213/1997	José António Esteves	Seixas
602/98	Estuário do Minho – Imobiliária Turística, Lda.	Seixas
643/00	Irmão Borges, Imobiliária e V2000-ACT.Const. Civil	Seixas
3/69	Luís Carlos Terra de Brito	Seixas
171/92	Maria Amabelia Garcia Meleiro	Seixas
404/92	João Fernando Rua Catarino	Seixas
358/90	José António Cancela Covelo	Seixas
169/92	Sociedade Construções Rio Minho	Seixas
364/89	Sulpoente - Promoções Imobiliárias Lda.	Seixas
56/94	Sónia Maria Azevedo Carvalho Martins Malheiro	Seixas
166/92	Progressão – Construções Lda.	Seixas
4/04	Suaveminho, gestão de propriedades, Lda.	Venade <sup>iii</sup>
16/05	Vítor Aldeia Nova	Venade <sup>iii</sup>
3/05	Suaveminho, gestão de propriedades, Lda.	Venade <sup>iii</sup>
7/05	Marília do Rosário Gomes de Moraes	Venade <sup>iii</sup>
10/05	António Fernandes	Venade <sup>iii</sup>
188/06	António Matos, Lda.	Venade <sup>iii</sup>
337/01	Suaveminho, Gestão de Propriedades, Lda.	Venade <sup>iii</sup>
516/94	Caminha Village - gestão hotel, turismo e imobiliária, S.A.	Venade <sup>iii</sup>
38/90	Junta de Freguesia de Venade	Venade <sup>iii</sup>
79/92	Joaquim António Ferreira	Venade <sup>iii</sup>
20/81	António Joaquim Rodrigues de Matos	Venade <sup>iii</sup>
828/99	Suaveminho – Gestão de Propriedades, Lda.	Venade <sup>iii</sup>
6/04	Ernesto Matos	Vilar de Mouros
17/05	Rui Manuel Passos Costa	Vilar de Mouros
7/04	M.D.J. Ribas Construções, Lda.	Vilar de Mouros
7/07	M.D.J. Ribas, Lda.	Vilar de Mouros
41/97	Armando Sousa Ranhada	Vilar de Mouros
370/93	Benvinda Freitas Lopes dos Santos	Vilar de Mouros
28/06	João José Pombal Duarte	Vilarelho <sup>ii</sup>
8/05	César Vaz, Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
9/05	António Augusto Lourenço da Chão	Vilarelho <sup>ii</sup>
216/92	Sociedade de Construções Vilarelho, Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
435/95	Manuel Joaquim Fernandes	Vilarelho <sup>ii</sup>
577/02	António Augusto Lourenço da Chão	Vilarelho <sup>ii</sup>

88/90	José da Silva Araújo, Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
406/98	Alexandra Parada Barbosa Gesta e Outros	Vilarelho <sup>ii</sup>
23/86	António Augusto Lourenço da Chão	Vilarelho <sup>ii</sup>
4/86	Cardoso, Costa e Correia, Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
11/78	António Augusto Lourenço da Chão	Vilarelho <sup>ii</sup>
2/84	António Lourenço da Chão	Vilarelho <sup>ii</sup>
388/92	Alfredo José Barroso Pereira e José Carlos Queirós	Vilarelho <sup>ii</sup>
176/96	António Fernando Faial Miranda	Vilarelho <sup>ii</sup>
337/00	Joaquim Augusto Baceiros	Vilarelho <sup>ii</sup>
175/96	João Manuel Batista Portela	Vilarelho <sup>ii</sup>
492/96	Construções Covelo e da Silva Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
1/78	Joaquim Augusto Baceiros	Vilarelho <sup>ii</sup>
2/78	João Bernardo Lourenço Serro e António Soutulho	Vilarelho <sup>ii</sup>
30/07	PJIC – Promoção Imobiliária, Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
518/94	José da Silva Araújo, Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
327/91	SOCINIMO – Sociedade de Investimentos Imobiliários, Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
351/99	PCGESTI – Construção e Gestão de Imóveis, Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
94/96	Armindo Afonso, Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
6/87	Jorge António Silva Vila Pouca e Outros	Vilarelho <sup>ii</sup>
11/03	Gonçalo Pereira, Filhos e Ca. Lda.	Vilarelho <sup>ii</sup>
22/04	Sobreiros & Ribeiro, Lda.	Vila Praia de Âncora
19/06	Fronteiras da Ficção, Lda.	Vila Praia de Âncora
18/06	Ricardo Costa Martins, Sociedade Unipessoal, Lda.	Vila Praia de Âncora
9/07	João Deus Barge Vieira	Vila Praia de Âncora
327/89	Santa Casa da Misericórdia, Vila Praia Âncora	Vila Praia de Âncora
2/81	João Rodrigues Afonso	Vila Praia de Âncora
9/06	A.D.J. Investimentos Imobiliários, Lda.	Vila Praia de Âncora
335/87	Ancoratur, empreendimentos turísticos do Âncora, Lda.	Vila Praia de Âncora
1/81	Catarina Teresa Martel Cordeiro Feio	Vila Praia de Âncora
1-A/88	Herdeiros de Arnaldo Pereira Rego	Vila Praia de Âncora
346/97	Baptista & Domingos, Lda.	Vila Praia de Âncora
110/82	António Joaquim Domingues	Vila Praia de Âncora
148/90	Baptista & Domingos, Lda.	Vila Praia de Âncora
169/95	AncoraInvest - Investimentos Imobiliários de Âncora, Lda.	Vila Praia de Âncora
355/92	Francisco Leandro Rodrigues Moreira	Vila Praia de Âncora
10/87	Herdeiros de Artur Martins	Vila Praia de Âncora
187/94	Francisco Borlido Gomes	Vila Praia de Âncora
22/82	Eugénio Afonso Parente	Vila Praia de Âncora

17/80	Eugénio Afonso Parente	Vila Praia de Âncora
201/89	Deolinda de Jesus Domingues	Vila Praia de Âncora
196/92	Eugénio Afonso Parente	Vila Praia de Âncora
350/95	Construções Afonso Sousa e Afonso Lda.	Vila Praia de Âncora
103/97	Inveslima – Sociedade Construção Imobiliária, Lda.	Vila Praia de Âncora
5/87	José António Parente Antunes	Vila Praia de Âncora
3/86	Luís Augusto Gomes	Vila Praia de Âncora
2/89	Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora	Vila Praia de Âncora
1/74	Panificadora União	Vila Praia de Âncora
482/92	Construções Felgueiras, Lda.	Vila Praia de Âncora
15/79	Vasco José Fonseca dos Santos Cintra	Vila Praia de Âncora
280/90	Construções Felgueiras, Lda.	Vila Praia de Âncora
18/07	José Maria Afonso de Amorim	Vila Praia de Âncora

### 2.2.7 Cartografia

O Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes, determinando, de acordo com o n.º 1 do artigo 3.º, que a cartografia de referência a utilizar na elaboração dos instrumentos de gestão territorial é obrigatoriamente:

- Cartografia topográfica;
- Cartografia temática de base topográfica ou hidrográfica oficial; ou
- A cartografia homologada nos termos da legislação em vigor, nas suas versões mais atualizadas.

Nesse sentido, foi utilizada no processo de revisão a cartografia de referência indicada no quadro abaixo, tratando-se da informação mais recente que responde às características técnicas determinadas pelo diploma supracitado.

Tabela 20 – Cartografia de referência utilizada no processo de revisão do PDMC

Identificação	Características
Cartografia vetorial à escala 1:10 000	Entidade Proprietária: Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho Entidade Produtora: Consórcio Geometral & Cartorumo Série Cartográfica oficial: SCN10K Data da Homologação 30-03-2007 Número da Homologação: Processo n.º 44 Entidade responsável pela homologação: IGP Sistema de Referência: Hayford Gauss Datum Planimétrico: DATUM 73 Datum Altimétrico DATUM: Altimétrico Nacional - Cascais

	Projeção cartográfica: Gauss-Krüger Exatidão Posicional: 1,5 m Exatidão temática: ≥ 95% em cada um dos temas
Ortofotomapas à escala 1:10 000	Informação Geográfica Oficial Proprietário: Instituto Geográfico Português N.º Registo: 135/08 Ano edição: 2007 Data licença de utilização: 08/03/2008
Carta Administrativa Oficial de Portugal	Versão: 2015 Publicação: Direção-Geral do Território

A carta base, nos termos do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio, foi preparada a partir da cartografia de referência acima identificada e descrita, adequada à finalidade prosseguida pelo plano, atentos o seu conteúdo material e o princípio da tipicidade do plano. Para isso foram selecionados os temas relevantes para a elaboração do plano, constantes na cartografia de referência em causa, conforme quadro abaixo.

Tabela 21 – Conteúdo da carta base do PDMC

Tema	Definição	Conteúdo	Fonte
Limites Administrativos	Delimitação da área correspondente às divisões administrativas/limites oficiais do município e das freguesias.  O limite administrativo de concelho coincide com a área de intervenção do Plano.	Limite de concelho Limite de freguesia	CAOP 2015
Altimetria	Representação cartográfica tridimensional, descritiva do relevo da superfície da Terra.	Curvas de nível	Cartografia vetorial
Rede Hidrográfica	Conjunto dos acidentes topográficos relativos ao mar e cursos de água.	Rede hidrográfica	Cartografia vetorial
Infraestrutura Rodoviária	Redes físicas de suporte ao transporte rodoviário constituídas pelos diversos tipos de estradas que servem o território.	Rede Viária	Cartografia vetorial
Infraestrutura Ferroviária	Redes físicas de suporte ao transporte ferroviário constituídas pelos diversos tipos de vias-férreas que servem o território.	Rede Ferroviária Estações	Cartografia vetorial
Infraestruturas Portuárias e de Tráfego Marítimo	Instalações de suporte do transporte marítimo.	Cais Faróis e Farolins	Cartografia vetorial

Edificações	O resultado da construção, reconstrução, ampliação alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de permanência.	Edificado	Cartografia vetorial
Outros	Foram ainda seleccionados, da cartografia de referência, elementos lineares que, na ausência de cartografia cadastral do cadastro predial, auxiliam no melhor entendimento da realidade ao nível da delimitação de propriedades.	Elementos lineares	Cartografia vetorial

Fonte: adaptado da Norma 1/2011, Versão F 1.0, de Setembro de 2011

As peças gráficas que integram o plano foram preparadas em suporte digital e formato vetorial, e a informação gráfica e alfanumérica estruturada em sistemas de informação geográfica, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio.

Foi ainda respeitada a simbologia e as convenções gráficas a utilizar na representação do conteúdo regulamentar do plano, a que alude o n.º 7 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio, com ligeiras mas essenciais alterações, de modo a permitir a correta leitura dos objetos representados.

Importa ainda referir que foram atendidas as disposições do Regulamento das Normas e Especificações Técnicas da Cartografia a Observar na Elaboração das Plantas dos Planos Territoriais, Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro, publicado na fase final de elaboração da proposta.

Relativamente aos limites administrativos das freguesias, importa referir que o processo de revisão do PDM de Caminha iniciou em 13 de fevereiro de 2006 com a deliberação da Câmara, data na qual o concelho de Caminha era constituído por 20 freguesias. Nesse sentido, todos os estudos iniciais foram elaborados segundo essa realidade. Com a união de diversas freguesias o concelho passou a contar com 14 freguesias (2 polígonos no caso da União das freguesias de Moledo e Cristelo). Porém, por uma questão de continuidade e manutenção da identidade das anteriores freguesias, foram mantidas na generalidade dos documentos escritos, as referências às anteriores freguesias, tendo havido atualização ao nível das peças desenhadas, constando em todas as plantas os limites administrativos da CAOP 2015.

## 3 Proposta

### 3.1 Opções estratégicas e objetivos de desenvolvimento

As opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Caminha resultam da avaliação da situação de referência, considerando o referencial de programas de âmbito nacional, regional e sectorial, conjugado com os estudos de caracterização assim, como com a avaliação do PDM em vigor. Nesse sentido, as opções estratégicas foram agrupadas em cinco grandes grupos, para os quais foram delineados os respetivos objetivos estratégicos, de acordo com a tabela abaixo apresentada.

Tabela 22 – Opções estratégicas e objetivos de desenvolvimento do PDM de Caminha

Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos
<b>Planeamento e Ordenamento Urbano do Concelho</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento da Eficiência da Governação;</li><li>• Definir a hierarquia urbana dos aglomerados/povoações do concelho;</li><li>• Conter o modelo de povoamento urbano difuso a partir da definição das áreas capazes de garantir a expansão urbana correspondentes às localizações próximas dos aglomerados para otimização das infraestruturas e dos equipamentos existentes, reforçando em simultâneo a continuidade morfológica das aglomerações preexistentes.</li></ul>
<b>Coesão e Articulação Territorial</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Adequar o tipo de ocupação à vocação específica de cada aglomerado do concelho;</li><li>• Articular a capacidade de acolhimento das diversas áreas concelhias à capacidade de carga do meio (justificada pela pressão urbanística que ocorre na orla costeira e nas imediações de alguns aglomerados polarizadores);</li><li>• Reforçar o sistema urbano local (infraestruturas técnicas, sistema de acessibilidade e mobilidade internas).</li></ul>
<b>Fomento da empregabilidade e da fixação populacional</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Racionalizar e qualificar o acolhimento empresarial - direcionando o investimento municipal para a infraestruturização de espaços capazes de oferecer novas oportunidades de investimento (no horizonte do Plano), aumentando assim a atratividade do Concelho - criação de novas áreas empresariais para instalação de indústrias e armazéns;</li><li>• Melhorar os equipamentos e as infraestruturas do concelho (sobretudo os de responsabilidade municipal), no sentido do aumento da sua qualidade e cobertura territorial. Cite-se o incremento da capacidade de acolhimento à terceira idade (equipamentos de apoio à mesma), atendendo ao</li></ul>

	<p>envelhecimento populacional do concelho e ao aumento generalizado do período ativo dos cidadãos.</p>
<p><b>Preservação do Património Natural e Cultural do Concelho</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteger e valorizar o Ambiente com enfoque na Estrutura Ecológica Municipal (EEM) e na Prevenção dos riscos Naturais - Preservar - acautelando-se a interdição à edificabilidade em áreas geomorfologicamente inadequadas, como sejam os leitos de cursos de água e as áreas com declives acentuados ou de elevado risco natural (focos de incêndio ou leitos de cheia) e as que, de algum modo, prejudiquem a qualidade estética da paisagem ou do enquadramento cénico;</li> <li>• Preservar o Património Cultural reforçando as disposições tendentes à sua salvaguarda (incluindo nesse conceito a respetiva envolvente), baseado em modelos de sustentabilidade que permitam a fruição dos espaços naturais existentes bem como através da reavaliação e atualização do inventário do património cultural e na sua reabilitação (incluindo o património arquitetónico, arqueológico e a paisagem).</li> </ul>
<p><b>Afirmação da Vila de Caminha – a Âncora do Turismo sustentável</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar uma atitude ambientalmente correta fomentando a preservação da qualidade paisagística e da estética rural – de sustentabilidade ambiental – como forma de incrementar o sector turístico, aditando ao “Sol e Praia” a criação de rotas turísticas no concelho a integrar as já existentes: de turismo ambiental (rota das áreas de paisagem protegida /Rede Natura 2000), de turismo de montanha de turismo religioso, de turismo de saúde (talassoterapia, estâncias termais), TER nomeadamente ecoturismo (quintas pedagógicas), enoturismo (rotas dos vinhos ou das castas vinhateiras locais).</li> <li>• Promover o acolhimento urbanístico de qualidade (ao nível das infraestruturas, equipamentos, alojamento, habitação e ambiente natural (paisagem));</li> <li>• Promover a associação de investidores dos diversos sectores de atividade do Concelho na criação de insígnias e marcas do Concelho com base em recursos e produtos endógenos sustentabilidade reconhecida (certificados).</li> </ul>

### 3.2 As preocupações de proteção do ambiente urbano e dos recursos naturais

No sentido de conferir uma mais amigável legibilidade ao conteúdo da Planta de Ordenamento, foi reunida, numa carta anexa à Planta de Ordenamento, que dela faz parte integrante, a informação que é especificamente enquadrável nas preocupações de proteção do ambiente urbano e recursos naturais.



Neste sentido, na Planta de Ordenamento – Anexo I Carta de Proteções, está reunida a seguinte informação:

- Zonas inundáveis;
- Zonamento acústico;
- Faixa de proteção costeira;
- Faixas de salvaguarda à erosão, galgamento e inundação costeira;
- Valores patrimoniais.

Também, atendendo à complexidade do sistema que traduz a EEM, a informação relativa à mesma é assumida como Anexo II – Carta da EEM, da Planta de Ordenamento.

### 3.2.1 Zonas inundáveis

Procurando estabelecer as restrições necessárias para redução dos riscos e efeitos das cheias, e conforme o estabelece o Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, foram identificadas as zonas inundáveis, considerando as áreas contíguas às margens dos cursos de água ou do mar que se estendam até à linha alcançada pela maior cheia com probabilidade de ocorrência num período de retorno de um século.

Assim, foram associadas às zonas inundáveis as áreas identificadas na REN como áreas de máxima cheia bem como outras áreas, urbanas, oportunamente excluídas da REN, às quais está associado o risco de cheia nos termos descritos.

Procurando ainda corresponder aos requisitos legais de enquadramento destas matérias nos IGT, estas áreas estão identificadas quer na Planta de Ordenamento – Anexo I – Carta de Proteções, quer na Planta de Condicionantes.

No mesmo propósito, o Regulamento salienta ainda a intervenção obrigatória da autoridade competente nos termos do enquadramento legal que estabelece a titularidade dos recursos hídricos na emissão de parecer vinculativo relativo à realização de qualquer ação, plano, projeto ou operação urbanística. Por outro lado, assume explicitamente que a cota dos pisos inferiores das edificações deve ser superior à cota local da máxima cheia conhecida.

### 3.2.2 Zonamento acústico

De acordo com o Decreto-Lei n.º 9/2009, de 17 janeiro, e no sentido de salvaguardar a qualidade do ambiente sonoro e evitar a criação de novas zonas de conflito, o PMDC identifica, com base no Mapa do Ruído do Concelho, na Planta de Ordenamento – Anexo I – Carta de Proteções, as zonas sensíveis e as

zonas mistas que informam o zonamento acústico, nas quais devem ser respeitados os usos e atividades previstos no Regulamento Geral do Ruído (RGR).

Por outro lado, a Planta de Condicionantes identifica as áreas em que os níveis de ruído identificados no Mapa do Ruído ultrapassam o nível de exposição ao ruído previsto no RGR, -zonas de conflito- devendo a Câmara Municipal., por essa razão, promover a elaboração de um Plano Municipal de Redução do Ruído.

Para efeitos da aplicação do RGR, consideram-se áreas urbanas consolidadas todas aquelas que são enquadradas em solo urbano.

### 3.2.3 Faixa de Proteção Costeira

Considerada como uma parcela do território fundamental para a estabilidade do litoral e para o seu equilíbrio ecológico, na qual se pretende preservar os locais e paisagens notáveis ou característicos do património natural e cultural, a faixa de proteção costeira assumida na Planta de Ordenamento – Anexo I – Carta de Proteções e Regulamento na parte respetiva , procura enquadrar as preocupações e condições subjacentes ao POOC (vertendo-as desta forma para o PDMC, e assim vinculando os particulares, conforme a Lei nº 31/2014 de 30 de maio o obriga) atendendo simultaneamente às diretivas do POC em curso.

### 3.2.4 Faixas de salvaguarda à erosão, galgamento e inundação costeira

Também, para a delimitação destas áreas do território, foram consideradas as preocupações e condições do POOC (vertendo-as desta forma para o PDMC, e assim vinculando os particulares, conforme a Lei nº 31/2014 de 30 de maio o obriga) atendendo simultaneamente às diretivas do POC em curso.

Foram identificados dois níveis de proteção- nível I e nível II- de acordo com a maior/menor sensibilidade de cada caso.

### 3.2.5 Valores Patrimoniais

Os valores identificados na Planta de Ordenamento – Anexo I – Carta de Proteções, correspondem aos valores patrimoniais identitários, de âmbito arquitetónico, arqueológico e natural a proteger, conservar e valorizar, atendendo ao seu papel determinante na promoção e aproveitamento dos recursos concelhios.

Foram integrados nesta inventariação, quer os imóveis classificados quer os que, embora o não sejam, é-lhes reconhecido um valor patrimonial que deve atendido em qualquer ação que os envolva.

No que respeita aos valores patrimoniais de âmbito arquitetónico, a principal fonte de informação que serviu de base ao levantamento, para além do site da Direção-Geral do Património Cultural, para os imóveis classificados, foi a obra coletiva *Caminha e seu Concelho - Monografia*, coordenada por Lourenço Alves (1985). Foram ainda pontualmente levantados outros valores, nessa obra não identificados, e cujas fontes são referenciadas na base de dados associada a esta peça gráfica, na parte respetiva e no Estudo de Caracterização do património Cultural.

Para os valores patrimoniais de âmbito arqueológico, a principal fonte de informação que serviu de base ao levantamento, para além do site da Direção-Geral do Património Cultural, para os imóveis classificados, foi O CVARN – *Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português* (<http://www.cvarn.org/>).

Por seu lado, a principal fonte de informação para os valores patrimoniais naturais foi o estudo da responsabilidade da CIBIO-Porto – Articulação entre o Plano Sectorial da Rede 'Natura 2000' e os Planos Diretores Municipais do Alto Minho (concelhos de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo) com base no qual foi feita a conformação da proposta ao Plano Setorial da Rede Natura 2000.

Tabela 23 – Valores patrimoniais

Âmbito		Tipologia
Arquitetónico	<ul style="list-style-type: none"> <li>MN e respetiva área de proteção</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>IIP</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elementos singulares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Igrejas e Capelas</li> <li>Habitação</li> <li>Azenhas/moinhos</li> <li>Alpondras</li> <li>Pontes</li> <li>Cruzeiros</li> <li>Alminhas</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conjuntos edificados</li> <li>Aglomerados urbanos coesos, notáveis, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaços/ Complexos Urbanos</li> <li>Minas</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quintas Agrícolas</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Outros</li> </ul>	
Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>MN e respetiva área de proteção</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>ZOPA- Zona de Potencial Arqueológico</li> </ul>	

	• Outros	
Natural	• Árvores de interesse público	
	• Rede Natura 2000	

Os valores patrimoniais que, devido ao reconhecimento do seu valor excecional, são abrangidos por classificação como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, Conjunto de Interesse Público ou imóvel Em Vias de Classificação, identificados na Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes cuja leitura deve ser conjugada, estão sujeitos ao regime que decorre da legislação específica aplicável.

Por outro lado, o Regulamento reflete as preocupações relativas a qualquer intervenção que envolva os valores patrimoniais, sendo que deve atender à sua adequabilidade face ao valor patrimonial em presença, contribuindo para a sua conservação e valorização.

Relativamente aos Valores patrimoniais culturais, assumiu-se a *Carta do Património Cultural* como anexo do *Estudo de Caracterização e Diagnóstico - Património Cultural*, a qual integra o Património de âmbito Arqueológico (assumindo-se também como *Carta do Património Arqueológico*).

Perspetiva-se que a progressiva inventariação dos valores patrimoniais concelhios venha a complementar oportunamente esta peça “dinâmica”, que os identifica na proposta de Revisão do PDM.

### 3.2.6 Estrutura Ecológica Municipal (EEM)

A EEM integra as áreas suscetíveis de constituírem o suporte ecológico e ambiental essencial da estratégia de desenvolvimento e do modelo territorial do PDM, isto é, as áreas cujos valores e recursos constituem o suporte quer dos sistemas ecológicos fundamentais, quer da identidade territorial do concelho. A sua proteção e a sua valorização são indispensáveis ao funcionamento sustentável do território.

A EEM tem por objetivo salvaguardar o equilíbrio ecológico e a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística do território de Caminha, sendo concretizada a dois níveis: Estrutura Ecológica Fundamental (EEF) e Estrutura Ecológica Complementar (EEC).

É prevista uma rede de espaços interligados entre si, enquadrados pela EEM e que, no seu todo, se complementam aplicando o conceito de município integrado.

Esta estrutura deverá, assim, assegurar e salvaguardar um conjunto contínuo de áreas maioritariamente não edificadas e interligadas, que enquadrem a rede de espaços edificados, e que, sobretudo pela ênfase dos valores nela reconhecidos, assegurem um equilíbrio estável entre o tecido urbano

construído e a construir (e as suas atividades) e o bom funcionamento dos sistemas naturais e produtivos do território que o acolhe.

Reforçando este conceito, estas áreas são também indispensáveis à concretização do novo modelo territorial, cujas áreas urbanas são envolvidas e enquadradas por um tecido não edificado que também garante ao município melhores equilíbrios e complementaridades, através do controlo e da redução do consumo do solo.

A delimitação da EEM teve subjacentes as seguintes preocupações:

1. Proteger e conservar da integridade biofísica de ecossistemas fundamentais;
2. Preservar a diversidade e raridade de ocorrências biofísicas (geológicas, paisagísticas, paleontológicas, biota, etc.);
3. Preservar o equilíbrio de zonas de elevada fragilidade ecológica;
4. Proteger a produtividade biogenética de áreas naturais (sapais, zonas húmidas, estuários, etc.);
5. Limitar, potenciar ou mitigar a influência das atividades humanas, considerando os riscos, recursos e aptidões naturais (agricultura, silvicultura, edificabilidade, turismo);
6. Recuperar ou restaurar áreas degradadas de elevado potencial ecológico e natural (erosão, espécies invasoras, inertes, edificabilidade, etc.);
7. Reconhecer e avaliar gradientes e polaridades ecológicas e naturais no território, por forma a estabelecer conexões valorizadoras dos sistemas ecológicos e naturais e do território em geral (corredores ecológicos);
8. Criar e valorizar ocorrências naturais em espaço urbano;
9. Injetar e corrigir tendências de uso nocivas aos sistemas territoriais com mais valia ecológica e natural;
10. Estabelecer estratégias de planeamento e gestão para uso, ocupação e transformação do território, potenciadoras e valorizadoras dos sistemas ecológicos e naturais.

#### *3.2.6.1 Estrutura Ecológica Fundamental (EEF)*

A EEF compreende as áreas que constituem o suporte dos sistemas ecológicos fundamentais – áreas que já adquiriram estatuto e enquadramento jurídico específico – cuja proteção é indispensável ao funcionamento sustentável do território, e os recursos territoriais cujo valor deve ser preservado.

A EEF é composta pelas áreas enquadradas pelos seguintes regimes:

- Os ecossistemas da REN;
- As áreas do domínio hídrico;
- As mais expressivas áreas de RAN;

- As áreas classificadas da Rede Natura 2000;
- Os valores naturais de espécies e *habitats* mais relevantes;
- Os valores patrimoniais naturais e culturais em solo rústico;
- Outras áreas de interesse, constituindo os nós, de maior ou menor polaridade ecológico-natural, e/ou a rede de ligação entre esses nós.

### 3.2.6.2 Estrutura Ecológica Complementar (EEC)

A EEC integra as áreas que, pelos seus valores e características biofísicas intrínsecas e pelos seus valores e ocorrências culturais, são aptas para estabelecer a continuidade dos sistemas e funções ecológicas no território concelhio, potenciam corredores de mobilidade suave e assumem, também, uma função social relevante.

Na subestrutura complementar, a EEM integra as áreas que, sobretudo em solo urbano, concorrem para os objetivos da EEM, garantindo continuidade à estrutura principal. Integram esta subestrutura:

- Os espaços verdes urbanos;
- Os equipamentos;
- Os valores patrimoniais;
- Sistema de vistas/ponto com vista panorâmica;
- Os corredores verdes.

### **Espaços verdes urbanos**

Trata-se de uma rede de áreas verdes existente que inclui espaços pertencentes ao Município (domínio público e privado), composta na sua maioria por parques urbanos, jardins de carácter patrimonial, jardins públicos municipais e ainda algumas áreas verdes previstas que, dada a sua dimensão e contexto são incluídas nesta tipologia.

Importa salvaguardar e valorizar esta rede de áreas como elementos estruturantes da malha urbana, sendo a sua vocação principal o recreio e lazer, embora cumpram e devam cumprir outras funções ligadas com o enquadramento, o desafogo e a salubridade do espaço urbano, a produção de alimentos ou o apoio a atividades específicas.

### **Corredores verdes e sistema de vistas**

Os corredores verdes constituem, no seu conjunto, uma rede agregadora da EEM. A rede de corredores verdes pode concretizar-se através de iniciativas públicas ou privadas.

Os objetivos traçados para estas áreas são os de contribuir para garantir os fluxos ecológicos e funcionais do território, permitir a constituição de uma rede de mobilidade suave e alternativa ao transporte

automóvel/motorizado, contribuir para a redução dos consumos energéticos e para aumentar a conectividade entre os aglomerados.

Em relação ao Sistema de Vistas, este integra a rede de pontos com vista panorâmica e as áreas de salvaguarda que os envolve. A identificação e designação de um sistema de vistas tem por objetivo salvaguardar e potenciar uma rede efetiva de pontos com vistas panorâmicas no Município, acessíveis por uma área de salvaguarda associada a cada ponto e atravessada por um sistema de corredores verdes.

O sistema de vistas tem por objetivo salvaguardar e valorizar as relações visuais existentes a partir dessa rede de pontos com vistas panorâmicas e as duas componentes cénicas de maior evidência visual: as paisagens e elementos paisagísticos exteriores ao município e um conjunto de paisagens singulares interiores ao território municipal.

A qualidade cénica e paisagística que o sistema de vistas identifica e salvaguarda a partir dessa rede de pontos, resulta do facto do território gozar de uma exposição privilegiada em relação a todos os quadrantes e com uma morfologia que permite, a partir desses pontos, o alcance visual não só às paisagens singulares (no interior do concelho), mas também a elementos marcantes localizados em territórios distantes contíguos.

O Regulamento integra, no anexo VI, orientações particulares para intervenções em EEM procurando, desta forma, salvaguardar o seu valor e o seu papel.

### 3.3 Espaços-canal

Os espaços-canal correspondem a infraestruturas lineares respeitantes à rede rodoviária e ferroviária que integram solo rústico e urbano e correspondem à rede rodoviária e ferroviária.

A rede rodoviária integra a rede rodoviária nacional incluída no Plano Rodoviário Nacional e a rede municipal, com a seguinte hierarquia:

- a) Rede rodoviária:
  - i) Rede Nacional complementar sob jurisdição da Concessão Norte Litoral – IC1/A 28;
  - ii) Estradas Regionais sob jurisdição da IP- ER13; ER305;
  - iii) Estradas Desclassificadas do PRN sob Jurisdição da IP- EN 13; EN301;
  - iv) Estradas Municipais;
  - v) Caminhos Municipais;
  - vi) Outras vias e arruamentos locais.

A rede rodoviária nacional rege-se pelo regime associado ao respetivo estatuto e, relativamente ao municipal, a proposta procura que ela conquiste características físicas e operacionais adequadas ao desempenho esperado em acordo com a hierarquia que assume no sistema.

Também, a proposta assume que o desenho dos nós de ligação da rede rodoviária propostos é meramente indicativo, devendo ser alvo de estudo por forma a garantir o melhor desempenho, consideradas as adequadas condições de segurança e fluidez e o respeito pela escala local.

Quanto à rede ferroviária, o concelho é atravessado pela linha do Minho, regendo-se pelo respetivo estatuto.

### 3.4 Classificação e qualificação do solo

#### 3.4.1 Enquadramento

O modelo de classificação do solo foi profundamente reformado na sequência da aprovação da lei de bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, através da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e, na sua sequência, da revisão do regime jurídico dos IGT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

De acordo com o preâmbulo do Decreto-Lei acima referido, “um modelo coerente de ordenamento do território deve assegurar a coesão territorial e a correta classificação do solo, invertendo-se a tendência, predominante nas últimas décadas, de transformação excessiva e arbitrária do solo rural em solo urbano. Com efeito, pretende -se contrariar a especulação urbanística, o crescimento excessivo dos perímetros urbanos e o aumento incontrolado dos preços do imobiliário, designadamente através da alteração do estatuto jurídico do solo.”

A classificação do solo determina o destino básico dos terrenos e os critérios a observar na classificação do solo assentam na diferenciação entre as classes de solo rústico e de solo urbano.

“A **classificação do solo como rústico** visa proteger o solo como recurso natural escasso e não renovável, salvaguardar as áreas com reconhecida aptidão para usos agrícolas, pecuários e florestais, afetas à exploração de recursos geológicos e energéticos ou à conservação da natureza e da biodiversidade e enquadrar adequadamente outras ocupações e usos incompatíveis com a integração em espaço urbano ou que não confirmem o estatuto de solo urbano” (n.º 1 do art.º 6.º do Decreto Regulamentar n.º 25/2015, de 19 de agosto).

“A **classificação do solo como urbano** visa a sustentabilidade e a valorização das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais” (n.º 1 do art.º 7.º do Decreto Regulamentar n.º 25/2015, de 19 de agosto).



Importa assinalar que, segundo o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, “a reclassificação do solo como urbano é limitada ao indispensável, sustentável dos pontos de vista económico e financeiro, e traduz uma opção de planeamento necessária, devidamente programada, que deve ser objeto de contratualização. Assim, institui -se a obrigatoriedade da demonstração da sustentabilidade económica e financeira da transformação do solo rústico em urbano, através de indicadores demográficos e dos níveis de oferta e procura do solo urbano”, em nome do princípio da sustentabilidade territorial.

A qualificação do solo, por sua vez, é uma opção de planeamento territorial que estabelece, de acordo com a classificação, o conteúdo do seu aproveitamento tendo por referência às potencialidades de desenvolvimento do território, fundamentadas na análise dos recursos e valores presentes e na previsão dos usos e das atividades do solo adequadas à concretização da estratégia de desenvolvimento local e do correspondente modelo de organização do território municipal.

### 3.4.2 Conformidade com o POOC

A lei de bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, obriga a que, no prazo máximo de três anos, o conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território em vigor, seja vertido no plano diretor municipal (n.º 1 do art.º 78.º). Assim sendo, a fase de revisão do PDM apresenta-se como oportuna para promover esta transposição.

Neste sentido, e não obstante estar o MOC/POC já em curso, tendo presentes as orientações disponibilizadas pela DGT no Guia Metodológico para esse exercício<sup>1</sup>, adotamos, para transposição do POOC, a seguinte metodologia:

1. Sobreposição do POOC à carta base do PDMC;
2. Intersecção entre o POOC e o PDMC e análise das “sobreposições”;
3. Identificação das situações de conflito (ponto 6.2);
4. Alteração da Proposta de Ordenamento para compatibilização com o POOC (Planta de Ordenamento – Qualificação do Solo);
5. Introdução de preocupações do MOC/POC em curso (ponto 3.2.3 e 3.2.4).

Este exercício foi levado a efeito em estreita colaboração com a APA, (traduzida em ata) pelo que estará à partida, assegurada esta transposição.

---

<sup>1</sup>[http://www.dgterritorio.pt/static/repository/2015-05/2015-05-05224728\\_b511271f-54fe-4d21-9657-24580e9b7023\\$\\$5D83BE99-238C-4727-83D4-712E7C3188A0\\$\\$462EE780-AFBD-49BB-AE72-F7EA5A0E6EE7\\$\\$file\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://www.dgterritorio.pt/static/repository/2015-05/2015-05-05224728_b511271f-54fe-4d21-9657-24580e9b7023$$5D83BE99-238C-4727-83D4-712E7C3188A0$$462EE780-AFBD-49BB-AE72-F7EA5A0E6EE7$$file$$pt$$1.pdf)

### 3.4.3 Conformidade com o Plano Setorial da Rede Natura 2000

#### *A - Opções mais marcantes do PDM de Caminha*

Foi princípio norteador da elaboração da proposta de revisão do PDM, o fomento de um contexto de interrelação, gerador de impactes potenciadores de sinergias favoráveis ao aumento global dos níveis de resiliência dos sistemas biofísicos com a finalidade de assegurar o seu melhor estado de conservação. Esta abordagem holística evidencia a relevância que o plano confere à preservação das espécies e *habitats* e, assim, a sua preocupação de enquadramento nos objetivos do PSRN 2000.

Neste sentido, o PDM considera a necessidade de enquadrar os valores protegidos pelas Diretivas Aves e *Habitats* e as respetivas identificações no território e a aplicação de critérios de relevância patrimonial, em acordo com as orientações do Plano Setorial e atentas as sensibilidades presentes, permitindo definir um quadro de gestão do espaço compatível com a conservação dos valores.

#### *B - Adequação geral das perspetivas subjacentes às propostas de ordenamento e de condicionantes*

A definição do zonamento proposto no PDM procura refletir a importância dos valores biofísicos presentes. Neste sentido, os conhecimentos disponíveis sobre a distribuição da fauna e flora, face às perspetivas de conservação, possibilitaram definir, em termos de ordenamento e de condicionantes, um contexto de diferenciação territorial que procura salvaguardar e assegurar a proteção dos *habitats* naturais, por via de um zonamento que clarifica o uso do solo e a sua relação com o enquadramento previsto pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000.

A metodologia adotada partiu da delimitação das categorias de espaço em função da cartografia do Plano Setorial e com base nos estudos complementares relativos à Rede Natura 2000 desenvolvidos pela CIBIO para o concelho. Ainda, foram traduzidas para a cartografia e correspondente enquadramento regulamentar, preocupações associadas aos critérios defendidos nas orientações do ICNF apontadas no guia metodológico de adequação do PSRN2000 aos PDM.

Assim, a proposta de revisão assume a qualificação do solo rústico, tal como o aponta o Decreto Regulamentar n.º 15/15, de 19 de agosto, através da integração nas seguintes categorias:

- a) Espaços agrícolas (produção, complementares e de conservação)
- b) Espaços florestais, (produção, proteção, conservação, de uso silvícola e agrícola);
- c) Espaços de atividades económicas e industriais;
- d) Espaços naturais e paisagísticos.

Na delimitação destas categorias foi presente a preocupação de integração em espaços agrícolas e florestais de todas as áreas com essa vocação onde não ocorrem valores naturais (que justifiquem, nomeadamente, a sua assunção como espaços naturais) com exceção daqueles onde, neles ocorrendo valores naturais, já existe ocupação agrícola ou florestal expressiva.

Também, relativamente aos espaços de atividades económicas e industriais, procurou-se restringi-los às situações existentes ou, quando previstas (apenas uma, em Argela) evitam-se as áreas de maior sensibilidade ambiental e considera-se a integração em UOPG sujeita a Plano de Pormenor.

No mesmo sentido, a delimitação dos espaços naturais e paisagísticos teve como princípio orientador a integração de manchas continuas onde se salienta a ocorrência de valores naturais cartografados, especialmente os dos *habitats* e os de espécies de fauna e flora.

Ainda, relativamente aos espaços naturais e paisagísticos, salienta-se a delimitação de subcategorias, de entre as quais se salientam as áreas de especial valor natural, coincidentes com o SIC da Serra de Arga, com preocupações de conservação acrescidas, refletidas no Regulamento.

Desta forma concluímos que a distribuição dos valores naturais no concelho de Caminha foi considerada no zonamento proposto, procurando-se uma integração capaz de garantir uma conservação mais eficaz dos valores protegidos.

#### *C - Conformidades regulamentares*

Em matéria de regulamentação, o PSRN 2000 foi assumido como referencial estruturante, servindo de enquadramento à adequação específica do PDM aos pressupostos de preservação e conservação dos valores naturais existentes no concelho.

Assim, na elaboração do corpo regulamentar houve a preocupação de fazer corresponder ao zonamento um conteúdo regulamentar adequado aos objetivos de salvaguarda dos valores de conservação.

Para além disso, o Regulamento contempla, em anexo, a identificação das ações e usos em que é vinculativo o parecer do ICNF.

Assim, cremos que a Proposta do PDM não conflitua com a manutenção, num estado de conservação favorável dos valores naturais identificados, que justificaram a classificação dos Áreas Classificadas da Rede Natura 2000.

#### *D - Programa de Execução*

O programa de execução subjacente à implementação do PDM é definido a partir de um enquadramento que integra um conjunto de ações, medidas e projetos que pressupõem e contribuem, direta ou indiretamente, para a valorização do património natural e, consequentemente, para a gestão de habitats, norteados por uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Também neste capítulo o Regulamento procura salvaguardar as preocupações associadas à Rede Natura 2000, transpondo para anexo as suas orientações de gestão, assim vinculando entidades públicas e particulares.

### 3.4.4 Solo rústico

A qualificação do solo rústico processou-se, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com base nas seguintes categorias e subcategorias:

- a) Espaços agrícolas:
  - i) Espaços agrícolas de produção;
  - ii) Espaços agrícolas complementares;
  - iii) Espaços agrícolas de conservação.
- b) Espaços florestais:
  - i) Espaços florestais de produção;
  - ii) Espaços florestais de proteção;
  - iii) Espaços mistos de uso silvícola e agrícola.
- c) Espaços naturais e paisagísticos:
  - i) Áreas de especial valor natural;
  - ii) Leitos de cursos de água;
  - iii) Galerias ripícolas;
  - iv) Zonas húmidas;
  - v) Praias;
  - vi) Dunas;
  - vii) Afloramentos rochosos.
- d) Espaços de atividades económicas e industriais:
  - i) Pirotecnias;
  - ii) Outros;
- e) Outras categorias de solo rústico:
  - i) Espaços destinados a equipamentos e infraestruturas;
  - ii) Espaços de ocupação turística;
  - iii) Aglomerados rurais;
  - iv) Áreas de edificação dispersa.

#### 3.4.4.1 Espaços agrícolas

A delimitação desta categoria de espaço teve como preocupação a integração dos solos identificados pela RAN como solos de elevada fertilidade, bem como os solos com aptidão (atual ou potencial) marginal, que asseguram a adequada articulação entre o solo urbano e o solo rústico com essa vocação.

Neste contexto teve especial importância o processo de delimitação da RAN, desenvolvido em estreita colaboração com a DRAPN.

A manutenção e o desenvolvimento do seu potencial agrícola são princípios orientadores da proposta que restringe a admissibilidade de outros usos e construção associada, às situações de exceção.

Salienta-se ainda nesta categoria a subcategoria dos espaços agrícolas de conservação, que, pela sua sensibilidade (associados à REN e à Rede Natura 2000) justificam condições de uso e de edificabilidade específicos.

Deste exercício resultou a identificação das seguintes subcategorias de espaços agrícolas:

- e) Espaços agrícolas de produção;
- f) Espaços agrícolas complementares;
- g) Espaços agrícolas de conservação.

#### *3.4.4.2 Espaços florestais*

A proposta relativa aos espaços florestais foi elaborada em estreita colaboração com o ICNF, atendendo às suas competências, nomeadamente as que vão além da tutela sobre a servidão de utilidade pública associada ao regime florestal.

No tocante às áreas submetidas ao regime florestal, transpostas para a Planta de Condicionantes, a sua delimitação passou pela identificação das situações de sobreposição com usos urbanos (situações “de facto”) e respetiva proposta de desanexação, bem como das áreas a afetar a novos usos urbanos interessantes à estratégia de desenvolvimento e respetiva proposta de desafetação. Proposta uma nova redelimitação do Regime Florestal e inclusão de novas áreas de compensação, a proposta foi submetida à aprovação do ICNF onde colheu aceitação.

A delimitação desta categoria de espaço e respetivas subcategorias, teve em atenção não só o seu aproveitamento como recurso, como o acolhimento de atividades que contribuam para a sua dinamização económica e social e a sua sustentabilidade ambiental e paisagística, com vista à sua valorização, proteção e gestão sustentável.

Ainda, atendendo ao contributo do PROF AM para os espaços florestais, bem como do PSRN 2000, foram incorporadas na proposta as normas e suas orientações estratégicas, assim vinculando as entidades públicas e os particulares.

Foram também identificadas as manchas florestais ou exemplares isolados enquadráveis como espécies protegidas, assim como as árvores classificadas, de interesse público.

A delimitação das subcategorias dos espaços florestais assentou na sua diferenciação na função prioritária e na regulação dos usos segundo as respetivas normas de intervenção, espécies florestais prioritárias e respetivos modelos de silvicultura assumidos no PROF AM. Deste exercício resultou a identificação das seguintes subcategorias de espaços florestais:

- h) Espaços florestais de produção;
- i) Espaços florestais de proteção;
- j) Espaços mistos de uso silvícola e agrícola.

Por fim, estando em curso o Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI – Caminha), a proposta foi compatibilizada com as suas propostas, assumindo a Planta de Condicionantes (anexos) a informação que dele decorre e aí ganha pertinência, nomeadamente a seguinte:

- Anexo II – Áreas Florestais Percorridas por Incêndios (Decreto-Lei nº 327/90, de 22 de outubro, com as alterações introduzidas pelos diplomas subsequentes (Lei nº 54/91 de 8 de agosto, Decreto-Lei nº 34/99, de 5 de fevereiro, Decreto-Lei nº 55/2007, de 12 de março e Declaração de Retificação nº 57/2007, de 9 de maio).
- Anexo III – Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal.

#### *3.4.4.3 Espaços naturais e paisagísticos*

A proposta integrou nesta categoria de espaço as áreas de ocorrência de valores naturais nos Sítios e Zonas de Proteção Especial de acordo com o Plano Setorial da Rede Natura 2000, bem como outras áreas de reconhecido interesse natural e paisagístico cuja utilização dominante não seja agrícola ou florestal, tendo identificadas as seguintes subcategorias:

- a) Áreas de especial valor natural;
- b) Leitos de cursos de água;
- c) Galerias ripícolas;
- d) Zonas húmidas;
- e) Praias;
- f) Dunas;
- g) Afloramentos rochosos.

A regulamentação associada a esta categoria de espaço teve como preocupações, a salvaguarda dos valores em presença, a compatibilização com o regime da REN e ainda, atento o contributo do PSRN2000 para esta categoria de espaço foram vertidas para Regulamento (Anexo II) as respetivas orientações de gestão, assim vinculando entidades públicas e particulares.

#### *3.4.4.4 Espaços de atividades económicas e industriais*

Esta categoria de espaço estrutura-se em duas subcategorias, respeitando a primeira à atividade pirotécnica especificamente (com regulamentação correspondente) e a segunda às demais.

A tradição ligada à atividade pirotécnica ainda com algumas expectativas, na freguesia de Lanhelas, justifica a proposta de uma área específica para novas instalações (Pirotecnias) em local com menor risco para a ocupação urbana da freguesia.

Quanto as demais áreas afetas a esta categoria (Outros), correspondem essencialmente a estabelecimentos existentes, já que as futuras áreas com esta vocação encontram-se abrangidas por UOPG, e só conquistarão o estatuto de espaços para atividades económicas e industriais na sequência da entrada em vigor dos PP a que as UOPG respetivas ficam sujeitas.

#### *3.4.4.5 Outras categorias de solo rústico*

Esta secção integra os usos não enquadráveis nas demais categorias de espaço em solo rústico, nomeadamente os:

- a) Espaços destinados a equipamentos e infraestruturas;
- b) Espaços de ocupação turística;
- c) Aglomerados rurais;
- d) Áreas de edificação dispersa.

#### **Espaços destinados a equipamentos e infraestruturas**

Destinadas à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, os espaços destinados a equipamentos e infraestruturas correspondem essencialmente a áreas estruturantes cuja vocação é, já atualmente, essa, e que justificam qualificação. Estão neste caso o recinto do festival e Vilar de Mouros e áreas envolventes e as marginais de Seixas e Lanhelas. Atendendo à requalificação que se pretende implementar nestas áreas, estarão integrados em UOPG com objetivos bem definidos e sujeitas a projetos específicos.

#### **Espaços de ocupação turística**

Os espaços de ocupação turística correspondem a empreendimentos turísticos existentes, já que, os futuros empreendimentos turísticos em solo rústico se encontram abrangidos por UOPG, apenas conquistando o estatuto de espaço de ocupação turística na sequência da entrada em vigor dos PP a que as respetivas UOPG ficam sujeitas.

A sua requalificação é importante para a estratégia de desenvolvimento do concelho.

#### **Aglomerados rurais**

Os aglomerados rurais correspondem a núcleos edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural, cuja infraestruturação assenta em soluções específicas, apropriadas às suas características, conforme as preocupações de sustentabilidade o aconselham, não se perspetivando no horizonte temporal do PDMC a construção de redes públicas de abastecimento e/ou saneamento básico.

Atendendo às características cadastrais (parcelas de área reduzida) e ao valor patrimonial muitas vezes associado a estas áreas (assumido na Planta de Proteções) entendemos defensável admitir para estes aglomerados rurais os mesmos parâmetros urbanísticos admitidos para os espaços urbanos de baixa densidade de Tipo II.

### **Áreas de edificação dispersa**

As áreas de edificação dispersa correspondem a espaços com características híbridas e uma ocupação de carácter urbano-rural onde os usos agrícolas se entrecruzam com habitacionais, assumindo uma ocupação não nucleada, cuja infraestruturação numa ótica de sustentabilidade se apoia em soluções específicas, apropriadas às suas características.

Atendendo às suas características, nomeadamente as cadastrais, assumem parâmetros de transição para o solo rústico, nomeadamente um índice de utilização de 0.2 e um índice de impermeabilização de 25%.

#### **3.4.5 Solo urbano**

Tendo presentes os objetivos estratégicos associados à contenção, compactação e otimização de infraestruturas, o modelo de povoamento urbano proposto teve presente a vocação específica de cada aglomerado, considerando o papel de cada um no sistema, traduzido para a Planta de Ordenamento – Qualificação do Solo.

A qualificação do solo urbano realizou-se, de acordo com o art.º 25.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, através da delimitação das seguintes categorias:

- a) **Espaços centrais**, correspondendo a áreas urbanas de usos mistos que integram funções habitacionais e uma concentração diversificada de atividades terciárias, desempenhando, pelas suas características, funções de centralidade; Possuem características físicas que remetem para um significativo grau de compactação, com ocupação predominantemente marginal aos arruamentos. A Proposta do PDMC aponta, para esta categoria de espaços, para critérios morfotipológicos, salvaguardando áreas de permeabilidade mínimas, assim perspetivando coerência e consolidação;



- b) **Espaços habitacionais**, correspondendo a áreas que se destinam preferencialmente ao uso habitacional, podendo acolher outras utilizações compatíveis com o uso habitacional. Correspondem essencialmente a construções isoladas de tipologia multifamiliar, sem alinhamento definido. Índices máximos de utilização do solo e de impermeabilização procuram na proposta do PDMC regulamentar de forma coerente estas áreas;
- c) **Espaços urbanos de baixa densidade (Tipo I e II)** correspondendo sobretudo a áreas periurbanas, parcialmente urbanizadas e edificadas, áreas urbanas marginais de preparação ara o solo rústico. A proposta procura a consolidação destas áreas através da colmatação segundo os mesmos princípios de ocupação, diferenciando-as por tipologias – Tipo I (isolada, geminada ou banda), Tipo II (isolada e geminada) – salvaguardando ainda a extensão das bandas e a sua admissibilidade associada às freguesias do litoral;
- d) **Espaços de uso especial**, correspondentes a áreas destinadas a:
  - i) **Espaços de equipamentos infraestruturas** (estruturantes) que consideram os equipamentos cuja escala ou papel contribuem de forma significativa para a dinâmica atrativa e a geração de centralidades.
  - ii) **Espaços turísticos** que são áreas que, em tecido urbano, apresentam características de ambiente, paisagem e cultura, propícios ao acolhimento de funções turísticas.
- e) **Espaços de atividades económicas**, correspondendo a áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano, nomeadamente atividades industriais, de armazenagem e logística, comércio e serviços, localizando-se, sobretudo, em áreas de fácil acesso às redes de comunicação e transporte. A esta subcategoria correspondem, na proposta do PDMC as seguintes subcategorias:
  - i) Tipo I - espaços de atividades económicas integrados em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão e que s regem pelos parâmetros urbanísticos associados ao instrumento previsto para a sua concretização;
  - ii) Tipo II - os que não se enquadram no Tipo I e ara os quais a proposta do PDMC adianta parâmetros urbanísticos que tem associadas reocupações de integração ambiental e paisagística.
- f) **Espaços verdes**, correspondendo a áreas com funções de equilíbrio ambiental, de valorização paisagística e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, coincidindo no todo ou em parte com a EEM.

### 3.4.6 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão / Execução do Plano

A transformação do solo deverá prosseguir uma perspetiva de sustentabilidade económica, territorial e social, viabilizando uma ocupação qualificada do espaço que tenha em atenção as características

fisiográficas do meio, as necessidades habitacionais e de emprego e o traçado das redes de infraestruturas, concorrendo, por um lado, para um crescimento urbano mais racional e ordenado, e por outro, para o controlo e equilíbrio dos mercados fundiários.

É neste contexto que a delimitação das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, se apresenta indispensável para uma correta e eficaz política de gestão urbanística do solo, tanto em termos de controlo da ocupação, como da programação dos investimentos.

Assim, a proposta do PDMC assume a delimitação de dezoito UOPG, tendo por base valores em presença, oportunidade de requalificação ambiental, de requalificação urbana, ou de mobilização de atividade económica geradora de emprego, cuja concretização se sistematiza na seguinte tabela que se segue.

Tabela 24 – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Principais preocupações	Objetivos estratégicos	UOPG	Instrumento de execução
Intervenção indutora de reabilitação física, sobretudo, ao nível das infraestruturas e edificado existente	Qualificar os tecidos urbanos por via da reabilitação.	UOPG 4 Centro Histórico de Caminha	ARU (cooperação CMC+Priv.)
		UOPG 17 Sandia	ARU (cooperação CMC+Priv.)
Requalificação do tecido urbano (infraestruturas)	1. Promover a reabilitação e a qualificação urbana de áreas marginais; 2. Beneficiar a rede geral de acessibilidades.	UOPG 18 Camboas Norte	PP (iniciativa particular)
	Promover a qualificação urbana e melhoria da acessibilidade geral.	UOPG 8 Venade	UE (iniciativa particular)
Intervenção indutora de requalificação urbana (física e funcional)	1. Reestruturar a rede viária principal identificando e resolvendo conflitos de tráfego nos limites da UOPG delimitada; 2. Consolidar o tecido existente e reforçar a centralidade urbana potencial desencadeada pelo equipamento escolar e unidades comerciais existentes na área delimitada; 3. Prever áreas a integrar em espaços verdes de utilização coletiva e equipamento público necessário ao funcionamento e qualificação urbana da área delimitada.	UOPG 5 Estação-Corgo	PP (cooperação CMC+Priv.)
	1. Consolidar o tecido urbano e melhoria de acessibilidade geral; 2. Promover o empreendedorismo, atração de investidores e qualificação da indústria tradicional; 3. Fixar a população local.	UOPG 6 Vilarelho	PP (iniciativa particular)
	1. Consolidar o tecido urbano; 2. Reestruturar da rede viária como suporte de legibilidade e identidade, tendo presentes os sistemas de espaços coletivos cuja reabilitação/dinamização trará qualidade de vida urbana, não esquecendo ainda a minimização dos custos de infraestruturação; 3. Adotar um universo funcional e desenho urbano ajustados a uma visão alargada/integrada, considerando, nomeadamente as necessidades identificadas no que concerne à oferta de áreas residenciais (capacidade e tipologia), áreas verdes e outras; 4. Conquistar uma escala regional para o equipamento existente - Cemitério, transformando-o num complexo fúnebre ajustado às funcionalidades atualmente exigidas a este tipo de equipamentos (e que não encontram, na região, qualquer resposta).	UOPG 13 Carvoeiro	PP (cooperação CMC+Priv.)

Principais preocupações	Objetivos estratégicos	UOPG	Instrumento de execução
Acolhimento de atividade económica geradora de emprego (indústria)	Qualificar o espaço urbano e beneficiar a rede geral de acessibilidade.	UOPG 11 Moledo	PP (cooperação CMC+Priv.)
	1. Beneficiar a organização viária geral e a dinâmica dos diferentes fluxos, criando adequadas condições gerais de acessibilidade (nó de ligação da EN13 - coletora de acessibilidade externa) à rede distribuidora local principal; reorganização da hierarquia rodoviária local;	UOPG 15 Areia	PP (cooperação CMC+Priv.)
	2. Reforçar a centralidade da freguesia, consolidando o tecido urbano existente e beneficiando-o ao nível da qualidade e legibilidade do espaço público;		
	3. Reforçar a vocação empresarial de Âncora, como fator de diferenciação territorial, concentrando aqui atividades económicas (industriais serviços e comércio) geradoras de emprego.		
Acolhimento de atividade económica geradora de emprego (turismo)	Reforçar a vocação empresarial de Caminha, concentrando aqui atividades económicas geradoras de emprego	UOPG 16 Zona empresarial de Argela	PP (iniciativa particular)
	1. Consolidar a imagem de Caminha como destino turístico de qualidade, diferenciado e competitivo que alia, de forma integrada, património natural, paisagístico e cultural, incentivando a visita e o usufruto equilibrado deste território; 2. Potenciar uma oferta de turismo sustentável e a promoção dos valores naturais e patrimoniais em presença.	UOPG 9 Empreendimento turístico de Santo Antão	PP (iniciativa particular)
		UOPG 3 Empreendimento turístico de Marinhãs	PP (iniciativa particular)
		UOPG 14 Valada	PP (iniciativa particular)
	Requalificar a área abrangida, potenciando uma dinâmica económica geradora de emprego.	UOPG 12 Camboas	PP (cooperação CMC+Priv.) vinculação recíproca
Requalificação ambiental e social (escala local)	Requalificar as áreas marginais como espaço de recreio e lazer que associe prática de regular de atividade física (veículo de promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida) com o contacto com a natureza, assegurando a compatibilização com as atividades associadas à pesca profissional (redes, aprestos...).	UOPG 1 Marginal Lanhelas	Projeto
Requalificação ambiental e acolhimento funções geradoras de atividade económica	1. Valorizar o núcleo 1 - associado à praia de Pedras Ruivas - como praia de banhos e instalações de apoio à prática de desportos náuticos; 2. Valorizar o núcleo 2 - cais de S. Bento e S. Sebastião - como espaço de recreio e lazer que associe prática de desporto com o contacto com a natureza, assegurando a compatibilização com as atividades associadas à pesca tradicional;	UOPG 2 Marginal Seixas - Pedras Ruivas/S. Sebastião	Projeto (CMC)

Principais preocupações	Objetivos estratégicos	UOPG	Instrumento de execução
	3. Articular fisicamente os dois núcleos, através de percurso ao longo da orla costeira associado aos fatores e locais de interesse, reforçando a sua complementaridade e potenciando sinergias, assim ganhando escala e capacidade atrativa.		
	1. Criar condições para a consolidação do, já mítico, Festival de Música de Mouros, como estratégia de marketing territorial, atraindo novos visitantes, turistas e investimentos suscetíveis de contribuírem para a revitalização da economia local;	UOPG 10 Praia fluvial de Vilar de Mouros	Projeto (CMC)
	2. Associar ao mesmo espaço potencialidades para a realização de outros eventos de maior exigência e diferentes escalas (local, regional e nacional).		
	3. Requalificar a área abrangida, potenciando uma dinâmica económica geradora de emprego;	UOPG 7 Complexo da Foz do Minho	Projeto (CMC)
	4. Constituir um complexo onde a complementaridade das partes potencie sinergias.		

Em síntese, a proposta do PDMC considera a delimitação de dezoito UOPG sendo que, relativamente à sua concretização, cinco estão sujeitas a PP e perspectiva-se a vinculação recíproca (CMC + privados), outras cinco estão sujeitas a PP e são de iniciativa particular, quatro serão concretizadas no âmbito de projetos específicos, duas no âmbito de UE da iniciativa particular e outras duas no âmbito de ARU.

Quando localizadas, no todo ou em parte, em solo rústico (Planta de Ordenamento – Carta de Qualificação do Solo), as áreas das UOPG abrangidas por essa classe de espaço mantê-la-ão até à entrada em vigor do PP a que ficam obrigatoriamente sujeitas, só podendo ser alterada a classe e categoria a que estão associadas, em sede do PP futuro. Assim se procura comprometer a transformação do solo a uma utilização racional dos recursos, bem como à sustentabilidade ambiental e financeira das opções que lhe correspondem.

### 3.5 Execução e Financiamento

Esta abordagem será feita em documento próprio - Programa de Execução e Plano de Financiamento - (alínea c) do n.º 2 do art.º 97 do RJIGT) e Plano de Financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira (alínea d) do n.º 2 do art.º 97 do RJIGT).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, passa a privilegiar-se a concretização da avaliação das políticas de planeamento, prevendo-se a obrigatoriedade de fixação de indicadores destinados a sustentar a avaliação e a monitorização dos programas e dos planos territoriais no respetivo conteúdo documental, de cujos resultados passam a depender diretamente os processos de alteração e revisão desses planos.

## 4 Conclusão

Passada praticamente uma década do início da revisão do Plano, cremos ter alcançado um documento de planeamento atento à realidade do concelho e capaz de responder aos desafios futuros do Município.

Procurando entender as potencialidades e debilidades, maximizar investimentos e oportunidades, e não sendo a fonte para todas as soluções, a proposta do PDMC salvaguarda três requisitos básicos para o planeamento:

- Traduz o equilíbrio possível entre o desejado e o praticável;
- Estabelece o compromisso entre o existente e o projetado;
- Garante a flexibilidade necessária ao ajustamento ao tempo (apontando um rumo, mas deixando a possibilidade de escolha do melhor caminho em função das circunstâncias do momento).

O sucesso deste plano estará na capacidade de avaliar e monitorizar a sua implementação, norteadas pela vontade de construção de um território municipal de todos e para todos!

## 5 Legislação

Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio

Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto

Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro

Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 158/95, de 29 de novembro



## 6 Anexos

### 6.1 Anexo I – Instrumentos de âmbito nacional, regional, sub-regional, sectorial e local

#### 6.1.1 Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial (PNPOT)

##### Enquadramento

O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial.

##### Objetivos

O PNPOT apresenta os seguintes objetivos estratégicos:

- Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos;
- Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra -estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Expandir as redes e infra -estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

#### 6.1.2 Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

##### Enquadramento

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.

##### Objetivos

A ENDS apresenta os seguintes objetivos:

- Preparar Portugal para a “Sociedade de Conhecimento” – Prioridades estratégicas:

- Consolidação do ensino básico e expansão da educação e formação de nível secundário, garantindo a melhoria da qualificação de base;
- Dinamização da aprendizagem ao longo da vida (alv), aumentando os níveis habilitacionais e de qualificação de base;
- Melhoria da qualidade e estímulo à mobilidade no ensino superior;
- Aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico;
- Mobilização da sociedade para uma maior criatividade artística e cultural;
- Crescimento sustentado e competitividade à escala global - Prioridades estratégicas:
  - Um novo impulso à inovação empresarial;
  - Uma economia, competitiva à escala global, orientada para atividades de futuro e criadora de emprego;
  - Uma sociedade e uma economia preparadas para tirar partido das tecnologias de informação e comunicação;
  - Crescimento económico mais eficiente no uso da energia e dos recursos naturais e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas;
- Melhor Ambiente e Valorização do Património - Prioridades estratégicas:
  - Combate às alterações climáticas;
  - Gestão integrada da água e seu aproveitamento eficiente;
  - Aproveitamento dos oceanos como fator de diferenciação e desenvolvimento;
  - Atividades agrícolas e florestais desenvolvidas em base sustentável, compatibilizadas com a conservação da natureza e a valorização da paisagem;
  - Conservação da natureza e da biodiversidade articulada com as políticas setoriais e de combate à desertificação;
  - Gestão integrada do ar;
  - Gestão integrada dos resíduos;
  - Gestão dos riscos naturais e tecnológicos mobilizando a participação da população interessada;
  - Educação, Informação e justiça ambientais;
- Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social - Prioridades estratégicas:
  - Equidade, melhor prestação e sustentabilidade financeira dos sistemas de proteção social;
  - Reforço da prevenção e reabilitação orientadas para ganhos em saúde;
  - Dinâmica de emprego que promova a qualidade de vida no trabalho e a integração social;
  - Sociedade inclusiva que promova redes de solidariedade e comunidades dinâmicas;
- Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território – Prioridades estratégicas:
  - Melhor conectividade internacional do país;

- Acessibilidades que contribuam para a coesão territorial e para um modelo territorial mais policêntrico;
- Cidades atrativas, acessíveis e sustentáveis;
- Apoios reforçados a regiões com mais graves défices de desenvolvimento;
- Papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional – Prioridades estratégicas:
  - Fortalecimento da posição de Portugal no contexto da cooperação para o desenvolvimento internacional;
  - Estruturação de uma rede de relações privilegiadas com a Europa;
  - Reforço das relações com outras regiões inovadoras e dinâmicas do mundo;
  - Fortalecimento dos laços entre os estados de língua portuguesa e reforço da sua intervenção internacional;
  - Valorização das comunidades portuguesas;
- Uma administração pública mais eficiente e modernizada - Prioridades estratégicas:
  - Domínio de informação e reflexão estratégica;
  - Reestruturação da administração;
  - Reforma dos regimes da função pública;
  - Modernização dos sistemas e processos, com uso intensivo das tecnologias e informação e comunicação;
  - Qualificação e valorização do serviço público;

### 6.1.3 Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)

#### Enquadramento

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) foi acolhida na ordem jurídica portuguesa através da resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro, vigorando até 2010. A existência de uma ENCNB é, reconhecidamente, um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável.

#### Objetivos

A ENCNB é um documento centrado em três objetivos gerais:

- Conservar a natureza incluindo os elementos notáveis da geologia geomorfologia e paleontologia;
- Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;
- Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Para a concretização dos objetivos acima expostos a ENCNB formula dez opções estratégicas:

- Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, *habitats* e ecossistemas;
- Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;
- Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrados no processo da Rede Natura 2000;
- Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e *habitats*, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
- Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
- Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
- Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
- Intensificar a cooperação internacional.

#### 6.1.4 Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)

##### Enquadramento

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento de gestão territorial na concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e *habitats* num estado de conservação favorável nestas áreas.

##### Objetivos

Os principais objetivos do PSRN2000 são os seguintes:

- Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo;
- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macro-escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efetuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos IGT que vinculam diretamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território);
- Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos *habitats* naturais e semi-naturais e das espécies de flora e fauna, presentes nos Sítios e ZPE;

- Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território;
- Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos *habitats* e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos *habitats* a proteger;
- Fornecer orientações sobre a inserção (a efetuar no prazo máximo de seis anos) em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores, na medida em que são estes os planos vinculativos dos particulares;
- Definir, para cada Sítio e ZPE, os projetos a sujeitar a avaliação de impacto ambiental ou a análise de incidências ambientais.

#### 6.1.5 Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)

##### Enquadramento

A ENGIZC fornece o referencial para os planos, programas e estratégias com incidência na zona costeira, de acordo com a Recomendação n.º 2002/413/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio.

##### Objetivos

Objetivos temáticos:

- Conservar e valorizar os recursos e o património natural, paisagístico e cultural;
- Antecipar, prevenir e gerir situações de risco e de impactos de natureza ambiental, social e económica;
- Promover o desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos da zona costeira;
- Aprofundar o conhecimento científico sobre os sistemas, os ecossistemas e as paisagens costeiras;

Objetivos transversais:

- Desenvolver a cooperação internacional;
- Reforçar e promover a articulação institucional e a coordenação de políticas e instrumentos;
- Desenvolver mecanismos e redes de monitorização e observação;
- Promover a informação e a participação pública.

#### 6.1.6 Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM)

##### Enquadramento

A ENM enquadra e potencia sinergias e economias de escala entre todos os atores e setores de desenvolvimento, concorrendo para, numa primeira fase e no curto prazo, criar as condições essenciais à concretização do potencial estratégico marítimo de Portugal e, numa segunda fase, correspondente a um limite temporal mais alargado, permitir a realização plena desse potencial.

## Objetivos

Principais objetivos:

- Recuperar a identidade marítima nacional num quadro moderno, pró-ativo e empreendedor;
- Concretizar o potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional, tornando o MarPortugal num ativo com benefícios económicos, sociais e ambientais permanentes;
- Criar condições para atrair investimento, nacional e internacional, em todos os setores da economia do mar, promovendo o crescimento, o emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do setor Mar para o PIB nacional em 50%;
- Reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento do Oceano e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos e atividades;
- Consagrar Portugal, a nível global, como nação marítima e como parte incontornável da PMI e da estratégia marítima da UE, nomeadamente para a área do Atlântico.

### 6.1.7 Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)

#### Enquadramento

O PNAC configura o instrumento de política do que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado português.

#### Objetivos

O PNAC pretende:

- Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, “através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão”;
- Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas;
- Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono.

### 6.1.8 Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos (PEPS)

#### Enquadramento

A PEPS configurará o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento dos objetivos de proteção e prevenção da degradação dos solos bem como da sua utilização sustentável.

#### Objetivos

São propostos como objetivos:

- Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que:

- o solo é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos, e
- o solo funciona como sumidouro/recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte;
- Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação do solo.

#### 6.1.9 Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)

##### **Enquadramento**

O PNAAS tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do País.

##### **Objetivos**

Objetivos do plano:

- Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos;
- Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais;
- Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;
- Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

#### 6.1.10 Plano Nacional da Água (PNA)

##### **Enquadramento**

O PNA define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de fevereiro.

##### **Objetivos**

O estabelecido no PNA segue as seguintes linhas de orientação:

- Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas;
- Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados;
- Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do País;
- Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português;
- Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos.

### 6.1.11 Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)

#### Enquadramento

O PNUEA tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.

#### Objetivos

O PNUEA assenta sobre quatro áreas programáticas (compreendendo cada uma delas um conjunto de ações):

- Medição e reconversão de equipamentos de utilização da água;
- Sensibilização, informação e educação;
- Regulamentação e normalização
- Formação e apoio técnico.

A definição de metas para o PNUEA passa pela definição de um indicador que traduza a eficiência de utilização da água em qualquer dos sectores considerados, tornando direta e transparente a comparação entre metas e resultados obtidos, simplificando uma situação que de outro modo seria complexa. Assim:

- Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%;
- Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%;
- Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.

### 6.1.12 Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)

#### Enquadramento

O “PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais” resulta do trabalho de uma comissão de acompanhamento criada em junho de 2013, revelando a importância que o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais tem para a preservação do ambiente e para o desenvolvimento económico e social, e dando continuidade às anteriores estratégias estabelecidas para o setor.

#### Objetivos

- Eixo 1 – Proteção do Ambiente e melhoria da qualidade das massas de água:
  - Cumprimento do normativo;
  - Redução da poluição urbana nas massas de água;



- Aumento de acessibilidade física ao serviço de SAR;
- Eixo 2 – Melhoria da qualidade dos serviços prestados:
  - Melhoria da qualidade do serviço de abastecimento de água;
  - Melhoria da qualidade do serviço de saneamento de águas residuais;
- Eixo 3 – Otimização e gestão eficiente dos recursos:
  - Otimização da utilização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço;
  - Redução das perdas de água;
  - Controlo de afluências indevidas;
  - Gestão eficiente de ativos e aumento da sua reabilitação;
  - Valorização de recursos e subprodutos;
  - Alocação e uso eficiente dos recursos hídricos;
- Eixo 4 – Sustentabilidade económico-financeira e social:
  - Recuperação sustentável dos gastos;
  - Otimização e/ou redução dos gastos operacionais;
  - Redução da água não faturada;
- Eixo 5 – Condições básicas e transversais:
  - Aumento da disponibilidade de informação;
  - Inovação;
  - Melhoria do quadro operacional, de gestão e prestação de serviços;
  - Alterações climáticas, desastres naturais, riscos – mitigação e adaptação;
  - Externalidades: emprego, competitividade, internacionalização.

### 6.1.13 Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020)

#### Enquadramento

O PERSU 2020 estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por Sistema de Gestão de RU, as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias nesta matéria.

#### Objetivos

Os princípios gerais estabelecidos para o Plano são concretizados em oito objetivos, que fundamentam o estabelecimento das metas e medidas para os resíduos urbanos entre 2014 e 2020:

- Prevenção da produção e perigosidade dos RU;
- Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis;
- Redução da deposição de RU em aterro;
- Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU;
- Reforço dos instrumentos económico financeiros;

- Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor;
- Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor;
- Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais.

#### 6.1.14 Plano de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR 2020)

##### **Enquadramento**

O Plano de Desenvolvimento Rural enquadra-se no estipulado no Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao apoio ao Desenvolvimento Rural pelo FEADER que, em conformidade com a Estratégia 2020, deve promover o desenvolvimento rural sustentável em toda a UE, em complementaridade com outros instrumentos da política agrícola comum (PAC), da política de coesão e da política comum das pescas.

##### **Objetivos**

- Objetivo estratégico 1 – Crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura:
  - Melhoria da eficiência na utilização dos consumos intermédios na produção agrícola e florestal;
  - Aumentar o investimento no sector agroflorestal;
  - Renovação e reestruturação das explorações agrícolas;
  - Melhorar a distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar;
  - Dinamização de novos mercados de destino para os produtos agroalimentares e florestais;
  - Aumentar a produção de matérias-primas florestais de forma sustentável;
  - Reforço dos mecanismos de gestão do risco;
- Objetivo estratégico 2 - Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos:
  - Ultrapassar as limitações na disponibilidade de água e melhoria da eficiência na sua utilização;
  - Aumento da eficiência energética;
  - Aumentar a produtividade da terra;
  - Proteção dos recursos naturais: água e solo;
  - Proteção e promoção da biodiversidade;
  - Combate à desertificação;
- Objetivo estratégico 3 - Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural:
  - Diversificação da atividade económica;
  - Criação de condições de viabilidade da pequena agricultura;
  - Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais.

#### 6.1.15 Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal (Turismo 2020)

##### **Enquadramento**

O Turismo 2020 serve de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do turismo nacional nos próximos anos.

### **Objetivos**

Tem em conta as seguintes linhas de desenvolvimento estratégico:

- Mercados emissores - Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno;
- Estratégia de produtos - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos (Sol e Mar, *Touring Cultural* e Paisagístico, *City Break*, Turismo de Negócios, Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Saúde e Bem-Estar, Golfe, Resorts Integrados e Turismo Residencial, e Gastronomia e Vinhos);
- Linhas orientadoras para as regiões - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação;
- Linhas de orientação para os pólos - Desenvolver 6 novos Pólos Turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado (Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo);
- Acessibilidades aéreas - Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades/regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor;
- Eventos - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista (Mega eventos, Grandes eventos promocionais, Animação local);
- Enriquecimento da oferta - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística;
- Qualidade urbana, ambiental e paisagística - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal;
- Qualidade de serviço e de recursos humanos – Reforçar a qualidade do turismo português aos longo dos “momentos de verdade” de interação com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos;
- Promoção e distribuição – Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão proactiva da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal;
- Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial.

## 6.1.16 Estratégia Nacional para a Energia (ENE)

### **Enquadramento**

A estratégia para o sector energético constitui um facto importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, para além de ser uma peça vital ao desenvolvimento sustentável do País.

### **Objetivos**

Principais objetivos:

- Reduzir a dependência energética do País face ao exterior (para 74 % em 2020, produzindo, nesta data, a partir de recursos endógenos, o equivalente a 60 milhões de barris do País face aos combustíveis fósseis);
- Garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas (permitindo que em 2020 60 % da eletricidade produzida e 31 % do consumo de energia final tenham origem em fontes renováveis e uma redução do 20 % do consumo de energia final nos termos do Pacote Energia -Clima 20 -20 -20);
- Reduzir em 25 % o saldo importador energético com a energia produzida a partir de fontes endógenas (gerando uma redução de importações de 2000 milhões de euros);
- Criar riqueza e consolidar um cluster energético no setor das energias renováveis em Portugal (assegurando em 2020 um valor acrescentado bruto de 3800 milhões de euros e criando mais 100 000 postos de trabalho a acrescer aos 35 000 já existentes no setor e que serão consolidados. Dos 135 000 postos de trabalho do setor, 45 000 serão diretos e 90 000 indiretos. O impacto no PIB passará de 0,8 % para 1,7 % até 2020;
- Desenvolver um cluster industrial associado à promoção da eficiência energética (assegurando a criação de 21 000 postos de trabalho anuais, gerando um investimento previsível de 13 000 milhões de euros até 2020 e proporcionando exportações equivalentes a 400 milhões de euros);
- Promover o desenvolvimento sustentável criando condições para o cumprimento das metas de redução.

#### 6.1.17 Plano Rodoviário Nacional (PRN – 2000)

### **Enquadramento**

O atual PRN (Decreto-Lei n.º 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho, Decreto-Lei n.º 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto) define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional. A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

### **Objetivos**

O PRN – 2000 tem como principais objetivos:

- Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede;

- Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País.
- Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior Plano Rodoviário Nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.
- Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

#### 6.1.18 Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT – N)

##### **Enquadramento**

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território são IGT que definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.

##### **Objetivos**

O PROT – N visa:

- Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Norte:
  - A concretização das opções constantes dos IGT de âmbito nacional, no respeito dos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território;
  - A valorização da posição geoestratégica da região, na sua articulação com o restante território nacional, com as regiões fronteiriças e com as rotas transeuropeias e transatlânticas;
  - A afirmação da região como plataforma de internacionalização da economia nacional, reforçando os fatores de inovação, de competitividade e de atração de investimento estrangeiro;
  - O reforço da cooperação transfronteiriça e transnacional, valorizando especializações, complementaridades e sinergias para o desenvolvimento de projetos de dimensão europeia;
  - O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;
  - A salvaguarda e valorização dos recursos patrimoniais, tanto monumentais como naturais, com destaque para os valores classificados pela UNESCO como património mundial;
- Definir o modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de:
  - Consolidar o sistema de proteção e valorização ambiental, que inclui as áreas, valores e subsistemas fundamentais a integrar na estrutura ecológica regional;

- Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, envolvendo a qualificação funcional do Porto e da sua área metropolitana, o desenvolvimento de polarizações estruturantes na conurbação do litoral e o reforço dos pólos e eixos urbanos no interior;
  - Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I & D e de centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de atividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico;
  - Organizar o sistema de acessibilidades, de forma a reforçar o papel dos pontos nodais, a garantir a coerência das intervenções nos âmbitos rodoviário, ferroviário, portuário e aeroportuário e a valorizar as futuras acessibilidades ferroviárias em alta velocidade;
  - Reordenar e qualificar os espaços de localização empresarial numa lógica de disponibilização de espaços de qualidade e de concentração de recursos qualificados;
  - Organizar uma rede de pólos de excelência em espaço rural que sejam notáveis pela qualidade do ambiente e do património, pela genuinidade e qualidade dos seus produtos, pela sustentabilidade de práticas de vida e de produção e pelo nível dos serviços acessíveis à população;
- Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT – N, nomeadamente considerando as sub-regiões do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Grande Porto como unidades territoriais específicas, com critérios de ordenamento e gestão apropriados às suas características físicas e de ocupação humana, e desenvolver propostas estratégicas adequadas à valorização das suas especificidades territoriais e à criação de complementaridades com vista a reforço conjunto da competitividade e coesão regionais;
  - Definir orientações e propor medidas para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais, promovendo simultaneamente o planeamento e a constituição de áreas apropriadas para o desenvolvimento urbano não especulativo e para a localização de atividades empresariais;
  - Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes;
  - Propor medidas para a proteção e valorização do património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;
  - Identificar e hierarquizar os principais projetos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que contribuam para o desenvolvimento dos sectores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos;
  - Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros IGT;
  - Definir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do PROT – N.

#### 6.1.19 Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha – Espinho (POOC)

##### **Enquadramento**

O POOC tem a natureza de Regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento de território, bem como os programas e projetos a realizar na sua área de intervenção.

##### **Objetivos**

São objetivos do POOC:

- O ordenamento dos diferentes usos e atividades específicos da orla costeira;
- A classificação das praias e a regulamentação do seu uso balnear;
- A valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos;
- A orientação do desenvolvimento de atividades específicas da orla costeira;
- A defesa e conservação da natureza.

#### 6.1.20 Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho (PROF AM)

##### **Enquadramento**

Instrumento sectorial de gestão territorial, que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais, sociais e institucionais, envolvendo os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, com vista a estabelecer uma estratégia consensual de gestão e utilização dos espaços florestais do Alto Minho.

##### **Objetivos**

O PROF AM prossegue os seguintes objetivos estratégicos:

- Defender e prevenir as áreas florestais da região PROF AM das ameaças que constituem os fogos florestais, as pragas e as doenças;
- Diminuição do risco de incêndio e, consequentemente, da área florestal ardida;
- Diminuição do número de ignições através da sensibilização e de uma mais intensa fiscalização;
- Promover uma deteção do fogo mais célere e uma intervenção mais eficaz;
- Assegurar a planificação e a gestão florestal sustentável das áreas públicas e privadas com especial atenção para a planificação e gestão de Áreas Protegidas;
- Promover a recuperação e condução da regeneração natural, nomeadamente das espécies mais afetadas pelos incêndios e das manchas mais promissoras de folhosas autóctones;
- Adequar as espécies e os modelos de silviculturas à estação;
- Estimular o aumento da área de espaços florestais com dimensão apropriada à gestão florestal profissional;
- Impulsionar um mosaico florestal diversificado e descontínuo;
- Beneficiar os espaços florestais da região PROF AM de forma a assegurar o cumprimento das suas múltiplas funções, a sua sanidade e continuidade;

- Aumentar a área florestal arborizada, com espécies bem adaptadas;
- Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente, a castanha, o mel, as plantas medicinais e aromáticas, os frutos silvestres e os cogumelos silvestres;
- Impulsionar o ordenamento silvopastoril e a gestão das áreas de pastagem;
- Promover a ampliação dos espaços florestais destinados ao recreio e lazer;
- Fomentar a adoção de modelos de silvicultura com vista à maior valorização e diversificação dos espaços e produtos florestais;
- Restauração das áreas florestais ameaçadas, danificadas ou afetadas com problemas erosivos e controlar o avanço da desertificação ou destruição pontual causada pelos incêndios florestais, pragas e doenças;
- Controlar e diminuir a área de incidência de invasoras lenhosas;
- Conservação do património florestal em bom estado, da diversidade biológica, geológica e paisagística da região PROF AM e dos seus *habitats* naturais, com especial atenção para as Áreas Protegidas.

#### 6.1.21 Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima (PGRH do Minho e Lima)

##### Enquadramento

O Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) é um plano sectorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica do Minho, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.

##### Objetivos

- Qualidade da água – Promover o bom estado das massas de água através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos da região mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição, visando assim garantir uma boa qualidade da água para os ecossistemas e diferentes usos;
- Quantidade de Água - Garantir a gestão sustentável da água, baseada na gestão racional dos recursos disponíveis e na otimização da eficiência da sua utilização, de modo a assegurar a disponibilidade de água para a satisfação das necessidades dos ecossistemas, das populações e das atividades económicas;
- Gestão de riscos e valorização do Domínio Hídrico - Assegurar uma gestão integrada do domínio hídrico, procedendo à prevenção e mitigação dos efeitos provocados por riscos naturais ou antropogénicos, com especial enfoque para as cheias, secas e poluição accidental;
- Quadro institucional e normativo - Promover a racionalização, otimização e harmonização da intervenção do quadro institucional em matéria de recursos hídricos da região, criando condições para o cumprimento integral do normativo nacional e comunitário, para uma repartição de esforços entre os diferentes sectores utilizadores;



- Quadro económico e financeiro - Promover a sustentabilidade económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, contribuindo simultaneamente para a utilização racional dos recursos e para a valorização social e económica dos mesmos;
- Monitorização, investigação e conhecimento - Promover o aumento do conhecimento sobre os recursos hídricos da região, suportado pela monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água e na investigação aplicada às matérias relacionadas;
- Comunicação e governança – Promover a comunicação, sensibilização e envolvimento das populações, dos agentes económicos e de outros agentes com interesses diretos ou indiretos no sector da água, no processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos da região.

#### 6.1.22 Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Alto Minho 2020 (AM 2020)

##### **Enquadramento**

O AM 2020 constitui um processo de trabalho conducente à definição, concertada, participada e coerente, da estratégia e do plano de ação para atingir a visão do Alto Minho de 2020.

##### **Objetivos**

- Eixo Temático 1 – Tornar o Alto Minho numa região mais competitiva:
  - Valorizar os recursos endógenos como critério de afirmação competitiva - reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global - aposta no reforço e desenvolvimento das atividades ligadas à valorização dos recursos endógenos para a valorização sustentável da fileira florestal, do agroalimentar, da economia do mar e das energias renováveis;
  - Articular a base competitiva regional e setorial;
- Eixo Temático 2 – Tornar o Alto Minho numa região mais atrativa:
  - Estruturar produtos de localização residencial;
  - Estruturar produtos turísticos;
  - Estruturar produtos de localização empresarial;
  - Promover a atratividade global;
- Eixo Temático 3 – Tornar o Alto Minho numa região mais conectada:
  - Conjuguar infraestruturas e serviços para a promoção a mobilidade das pessoas;
  - Conjuguar infraestruturas e serviços para a promoção a mobilidade de bens;
  - Conjuguar infraestruturas e serviços para a promoção a mobilidade de conteúdos;
  - Promover a abertura à escala internacional e o estabelecimento de plataformas colaborativas.
- Eixo Temático 4 – Tornar o Alto Minho numa região mais resiliente:
  - Promover a resiliência por via da sustentabilidade;
  - Promover a resiliência por via da coesão;
  - Promover a resiliência por via da competitividade.

### 6.1.23 Plano Estratégico do Sítio da Rede Natura do Litoral Norte (PESRN-LN)

#### Enquadramento

A concretização estratégica do PESRN-LN, pretende criar as bases para uma nova cultura do planeamento da faixa costeira, baseada numa visão que privilegie o conhecimento, a multidisciplinaridade, a integração, a avaliação permanente e a participação; que tenha como prioridades a recuperação e requalificação de áreas degradadas em detrimento do crescimento indiscriminado e desqualificado; a recuperação e revitalização do património e a criação de percursos pedonais e cicláveis integrados numa estratégia de mobilidade sustentável.

#### Objetivos

- Inovação/Diferenciação:
  - Criar condições para o incremento de formas ambientalmente sustentáveis de fruição do território;
  - Associar à vocação natural do Sítio as vertentes culturais e patrimoniais de qualidade;
  - Promover a mobilidade sustentável (ciclovias; percursos pedestres/de natureza);
- Requalificação/Sensibilização:
  - Regenerar e qualificar os espaços ambientais degradados;
  - Recuperar e valorizar o património cultural;
  - Promover a informação e sensibilização ambiental;
  - Produzir, organizar e monitorizar o conhecimento sobre a dinâmica costeira;
  - Desenvolver uma oferta ambiental complementar ao uso balnear;
- Consolidação/Conservação:
  - Definir e executar uma política de ordenamento e gestão integrada da orla costeira, com garantias internas de capacidade de intervenção e de negociação, e garantias externas de controlo e fiscalização;
  - Recuperar e proteger ativamente os sistemas dunares de forma a aumentar a sua capacidade de resposta perante situações de maior pressão;
- Avaliação/Planeamento:
  - Projetar para o Litoral Norte um modelo de desenvolvimento turístico compatível com a qualidade e sensibilidade da sua envolvente;
  - Criar condições para a preservação das tradições e manutenção das atividades económicas de base tradicional ligadas ao sector primário;
  - Avaliar as potencialidades dos desportos náuticos como alavanca para a promoção da imagem deste território;
  - Qualificar os espaços urbano-marítimos por forma a inverter as pressões dos aglomerados existentes sobre o sistema natural.

#### 6.1.24 Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndio de Caminha (PMDFCI – Caminha)

##### **Enquadramento**

Os PMDFCI – Caminha desenvolvem as orientações de planeamento nacional e regional segundo as normas do Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março e as orientações técnicas estabelecidas pelo ICNF.

##### **Objetivos**

Eixos estratégicos do PMDFCI – Caminha:

- Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais;
- Reduzir a incidência dos incêndios;
- Melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas e as comunidades;
- Adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

#### 6.1.25 Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Caminha (PMEPC – Caminha)

##### **Enquadramento**

O PMEPC – Caminha define as principais orientações para a atuação dos vários agentes e formas de respostas a uma emergência, tendo como objetivo principal minimizar os efeitos nefastos dessa ocorrência. Estabelece o quadro orgânico e funcional de intervenção do Serviço Municipal de Proteção Civil, em caso de acidente grave, catástrofe ou calamidade, permitindo igualmente a gestão dos recursos existentes e necessários para dar resposta a situações de emergência.

##### **Objetivos**

- Promover as condições e os meios considerados indispensáveis para a minimização dos efeitos nefastos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir os modos de atuação do Serviço Municipal de Proteção Civil, agentes de proteção civil e entidades que apoiam a proteção civil;
- Criar condições para garantir uma rápida, coordenada e eficaz resposta de todos os meios e recursos disponíveis;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Garantir que as entidades envolvidas no plano mantêm um grau de preparação e prontidão necessário para a gestão das ocorrências;
- Disponibilizar à população informação através de ações de sensibilização com o objetivo de as instruir para a autoproteção e formas de agir perante uma emergência.

## 6.1.26 Plano Estratégico de Cooperação da Galiza-Norte de Portugal (PECG-NP)

### Enquadramento

Pretende criar um espaço transnacional, inter-regional e transfronteiriço de cooperação que integre as peculiaridades das duas regiões e os seus quadros políticos e institucionais, valorize a competitividade e a atratividade do território comum e identifique e organize processos de colaboração institucional.

### Objetivos

- Objetivo Final 1. Promover o relacionamento transfronteiriço em instrumento fundamental de transformação dos territórios fronteiriços em novos espaços de desenvolvimento. As Comunidades Territoriais que organizam o espaço transfronteiriço carecem de oportunidades de desenvolvimento e o relacionamento transfronteiriço deve ser entendido como um ativo relevante na estruturação do desenvolvimento económico e territorial desses espaços. A sua diferenciação competitiva passa pela combinação adequada desse relacionamento com algumas das suas mais valias ambientais. Será, assim, realizado um esforço importante para melhorar a competitividade do tecido produtivo das quatro Comunidades Territoriais do Minho, do Lima, do Cávado e do Alto Tâmega através da eficiência energética e para aproveitar os recursos ambientais da euro-região como um fator de atração e de crescimento económico;
- Objetivo Final 2. Valorizar e promover a competitividade do tecido produtivo da Euro-região através do conhecimento e da inovação. Galiza - Norte de Portugal propõe-se impulsionar a sociedade do conhecimento aplicada às necessidades do tecido empresarial, investindo de forma eficaz nos elementos do Sistema de Inovação que possam contribuir com maiores vantagens e rendimento para a economia: investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação empresarial com o objetivo de melhorar o posicionamento no conjunto da economia europeia e de se converter numa referência de excelência nos sectores nos quais apresenta vantagens comparativas. Para tal, a Euro-região deverá contribuir para reduzir o défice de I+D+I nas duas regiões e colocar em marcha um modelo de crescimento económico baseado em atividades de valor acrescentado com aplicação de conhecimentos, inovação e tecnologia. Tudo isto pode ser alcançado fortalecendo a competitividade das empresas, a sua presença internacional e o seu esforço de investimento em atividades de I+D+I, melhorando a coordenação e a articulação com o resto dos agentes do Sistema de Inovação das duas regiões (Universidades e Centros Públicos de Investigação, Centros Tecnológicos, etc.);
- Objetivo Final 3. Converter a Euro-região num território mais atrativo impulsionando os sistemas básicos de transporte e acessibilidade e reforçando as sinergias entre crescimento e desenvolvimento sustentado. Trata-se de criar as condições pertinentes para promover ritmos mais elevados de crescimento económico em contexto de proteção e conservação do ambiente e de eficiência energética. Para isso, torna-se necessário dotar a Euro-região de melhores condições de atração de investimento e de recursos humanos avançados, potenciando a atual dotação de infraestruturas de acessibilidade em termos da melhoria dos níveis de urbanidade sustentável, mobilidade e conectividade. A coordenação de sistemas de transporte com atenção crescente ao tema da sustentabilidade, a articulação das infraestruturas logísticas e a capacitação institucional da administração local constituirão intervenções

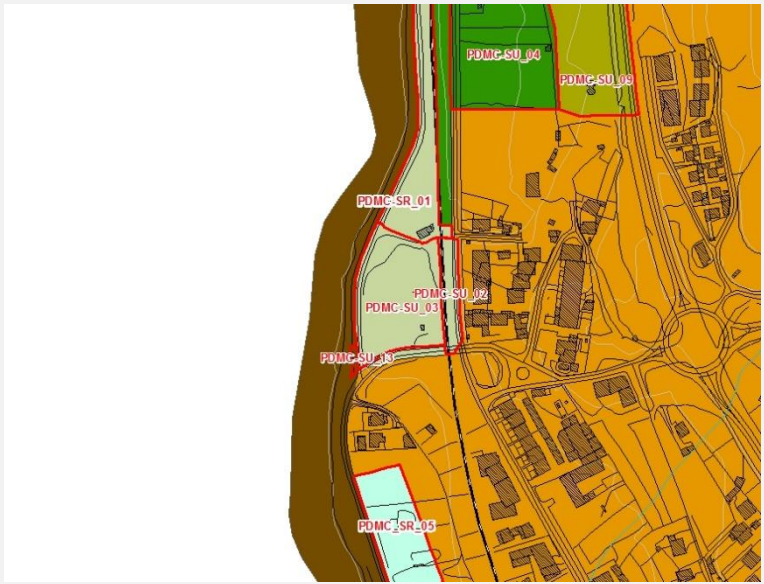
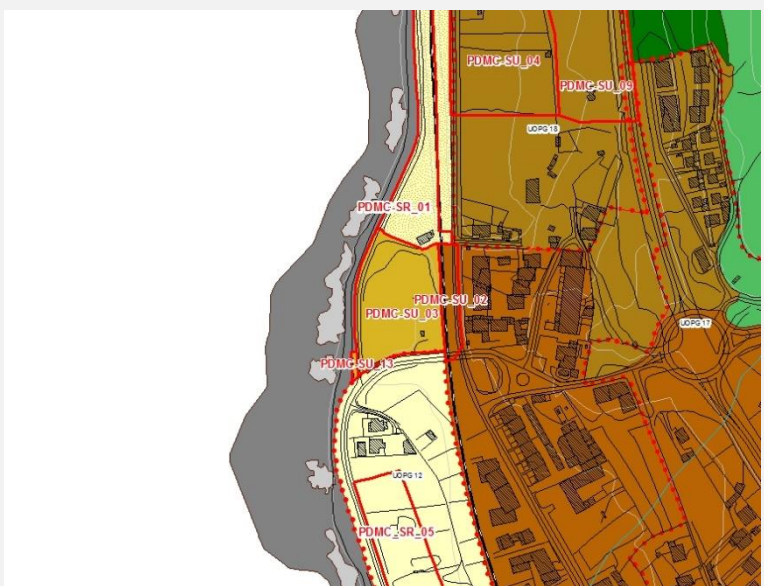
prioritárias, promovendo a transição de um ciclo de políticas de infraestruturas para um outro de políticas de transportes, mobilidade e conectividade;

- Objetivo Final 4. Aumentar a coesão social e institucional da Euro-região, Galiza - Norte de Portugal. Os objetivos finais anteriores não seriam possíveis sem um capital humano capaz e capacitado para desenvolver e impulsionar uma economia baseada no conhecimento. Assim, deve ser impulsionado um mercado de trabalho atrativo e flexível que favoreça a mobilidade dos trabalhadores e trabalhadoras dentro da euro-região. Entre as condições fundamentais para a sustentação dessa atratividade será concedida especial importância à criação de condições para a racionalização da oferta de equipamentos coletivos de âmbito transfronteiriço, designadamente em matéria de cuidados de saúde. Da mesma forma, neste novo período de programação pretende-se estabelecer definitivamente uma cooperação institucional sólida que permita estabelecer as condições necessárias para a inovação, gestão e funcionamento da capacidade coletiva no processo de cooperação, criando canais de comunicação adequados e a participação dos atores implicados a todos os níveis. Tudo isto vem reforçar e conceder um protagonismo particular ao princípio transversal do partenariado.


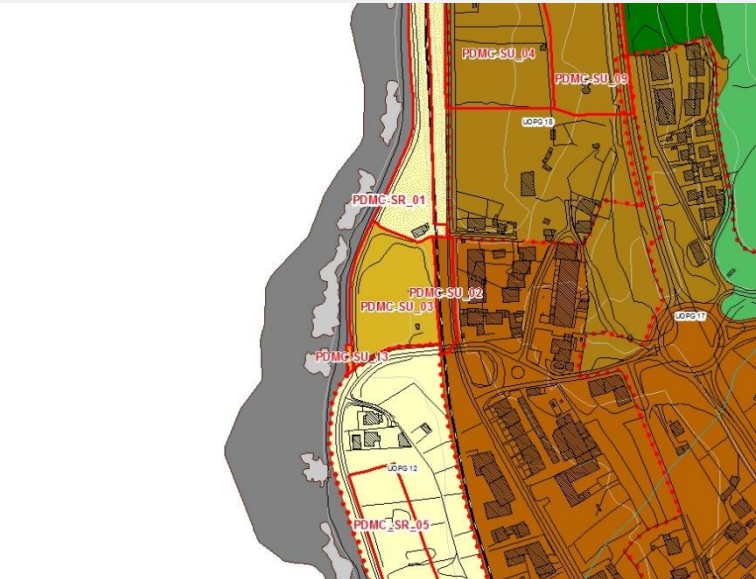
## 6.2 Anexo II – Conformidade com o POOC

### 6.2.1 Solo Urbano

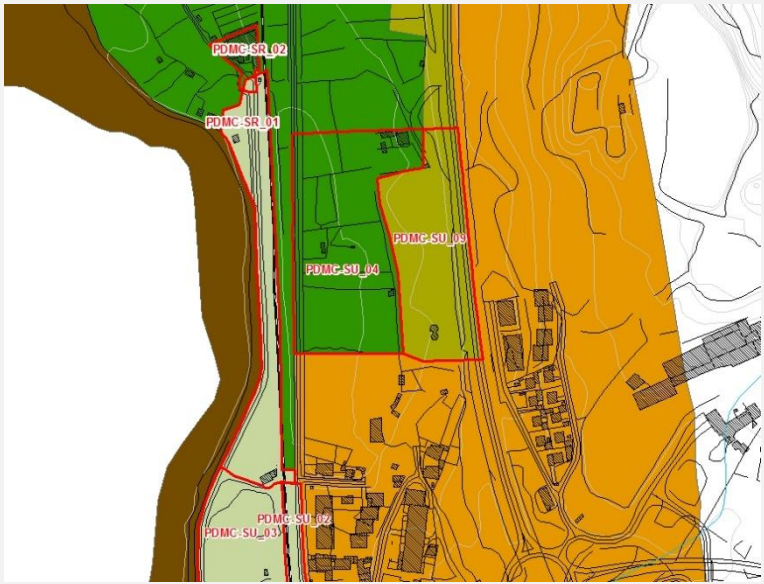
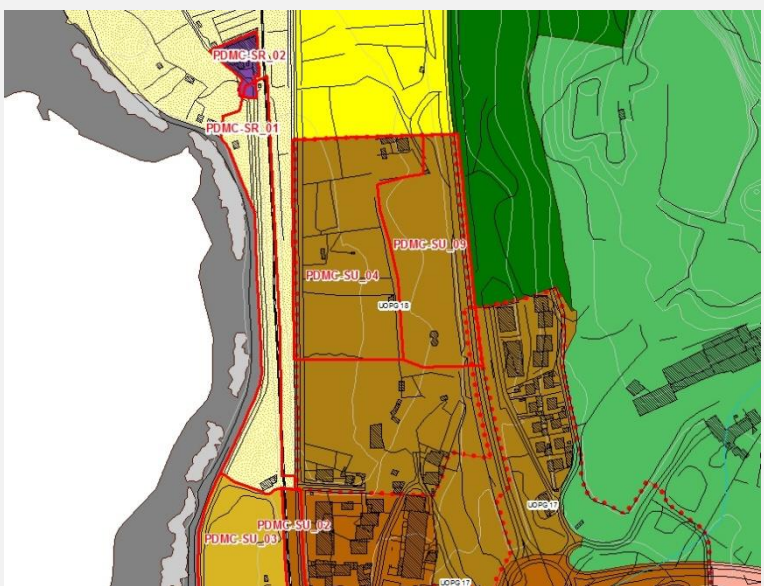
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_01
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Zonas Húmidas em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços Verdes</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Zonas Húmidas" em Solo Rústico.</p>

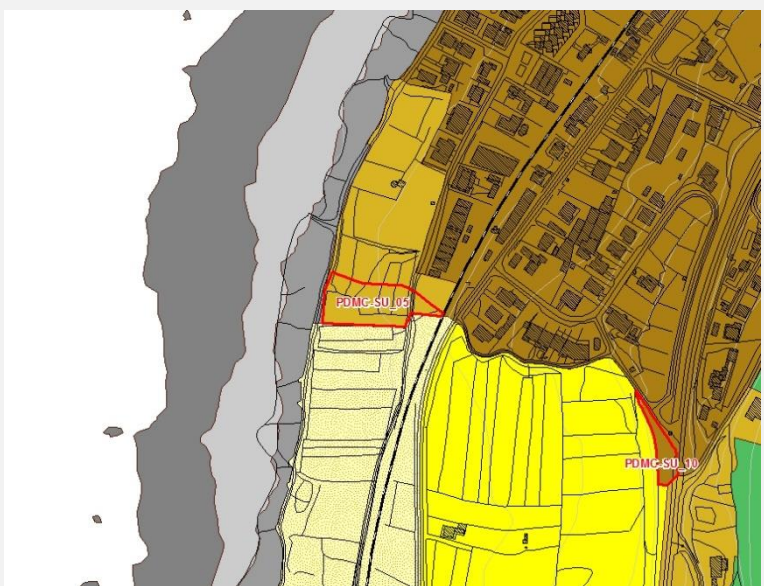
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_02
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Áreas de Vegetação Rast. Arb.</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços habitacionais</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Afloramentos rochosos" em Solo Rústico.</p>



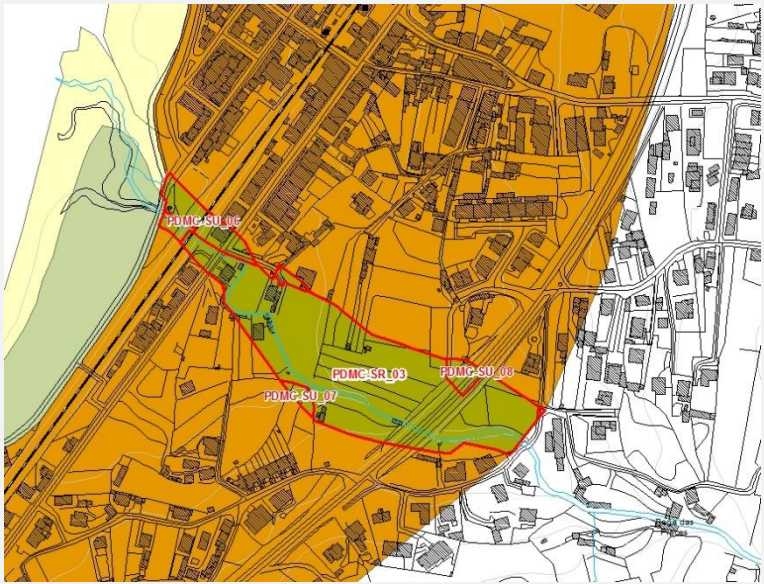
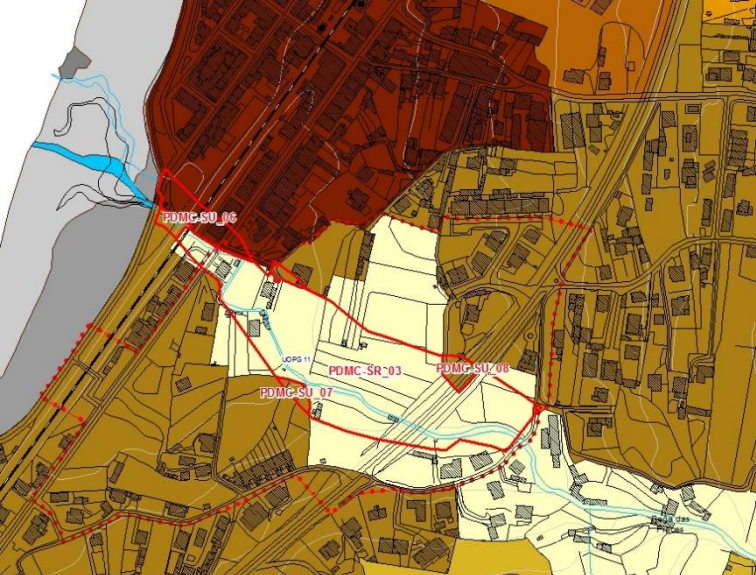
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_03
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Áreas de Vegetação Rast. Arb.</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços urbanos de baixa densidade – Tipo II</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Afloramentos rochosos" em Solo Rústico.</p>

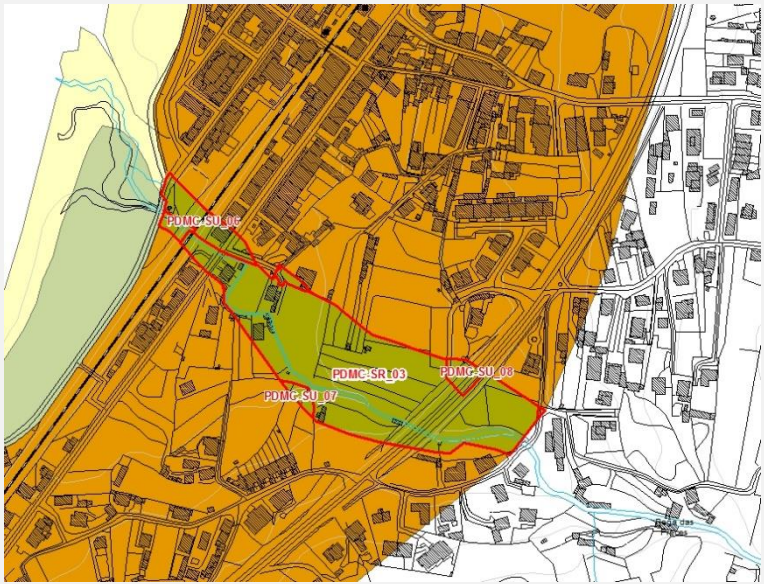
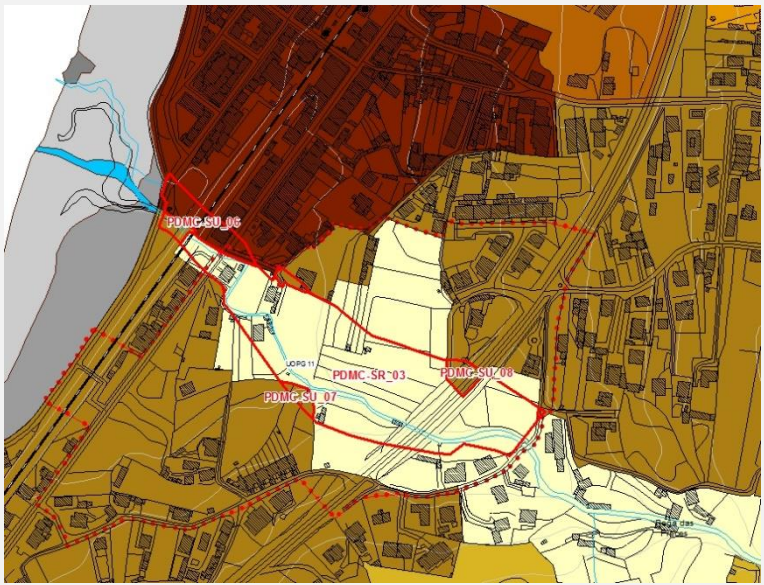


<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_04
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Áreas Agrícolas em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços urbanos de baixa densidade – Tipo I</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Espaços agrícolas complementares" em Solo Rústico.</p>

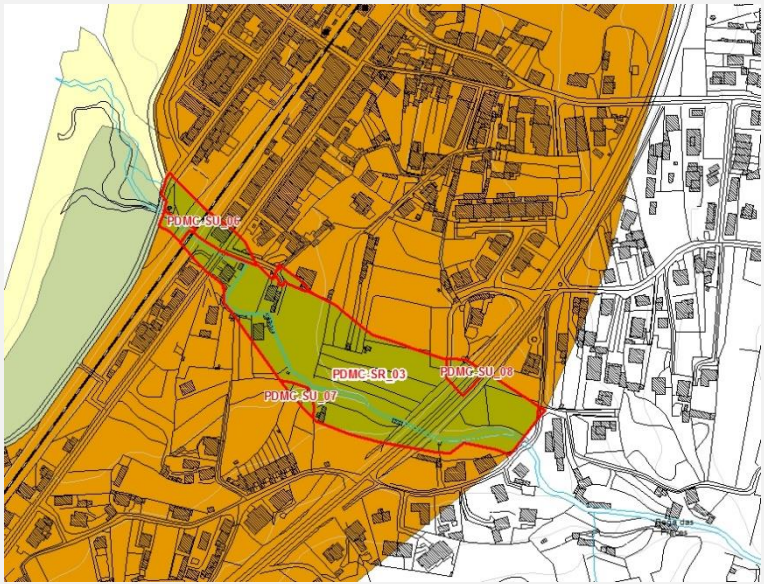
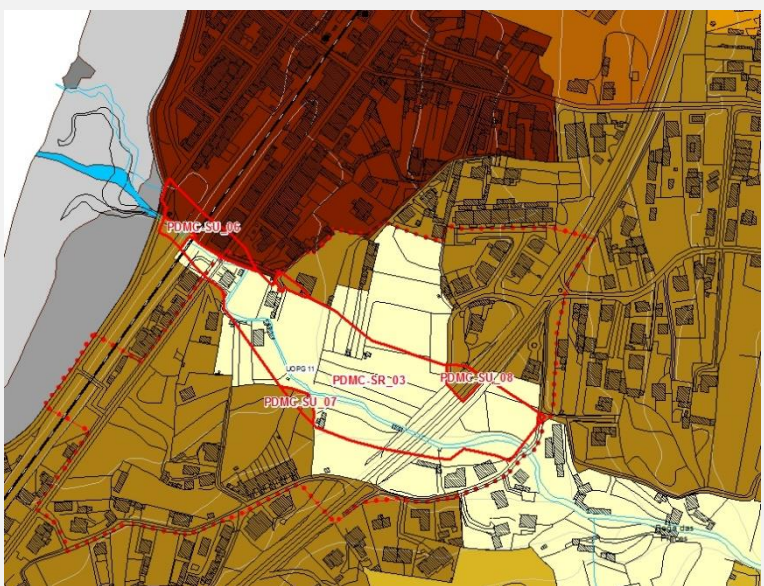
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_05
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Áreas Agrícolas em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços urbanos de baixa densidade – Tipo II</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Espaços agrícolas de conservação em Solo Rústico.</p>

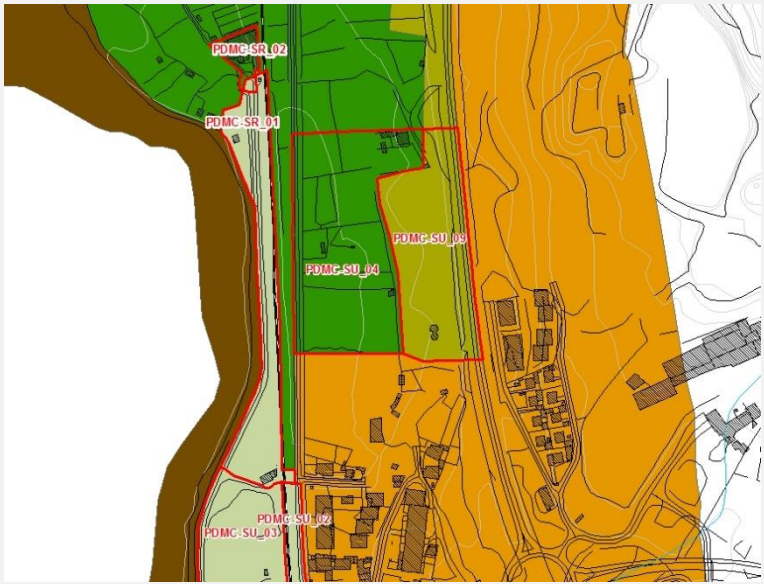
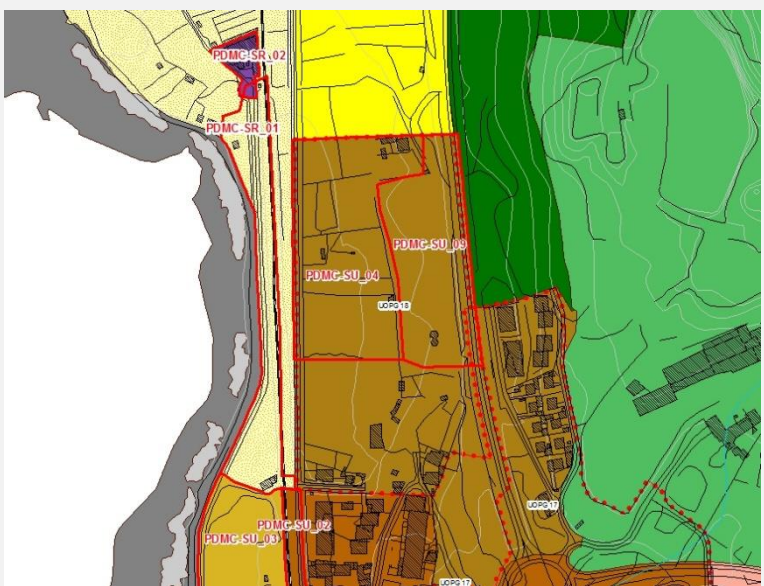


<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_06
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Áreas Florestais em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços centrais</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Espaços agrícolas complementares" em Solo Rústico / Alteração dos termos de referência e limites da UOPG 11.</p>

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_07
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Áreas Florestais em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços urbanos de baixa densidade – Tipo I</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a “Espaços agrícolas complementares” em Solo Rústico / Alteração dos termos de referência e limites da UOPG 11.</p>


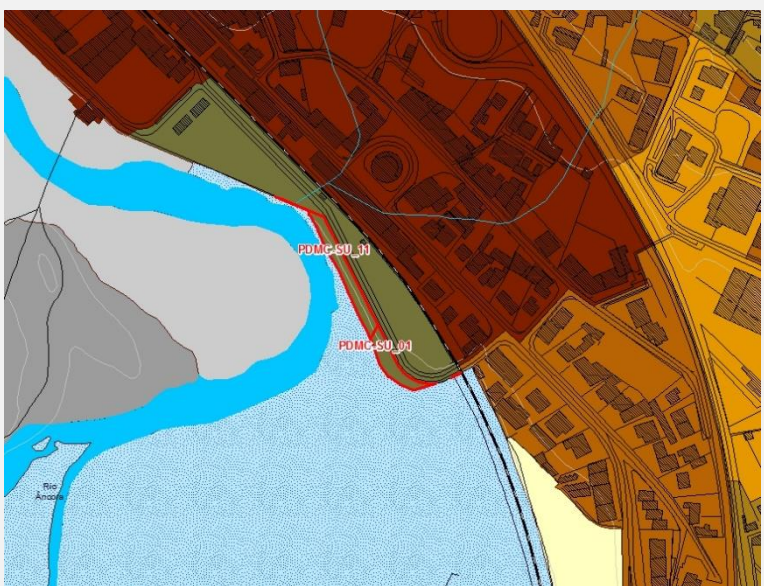


<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_08
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Áreas Florestais em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços urbanos de baixa densidade – Tipo I</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a “Espaços agrícolas complementares” em Solo Rústico / Alteração dos termos de referência e limites da UOPG 11.</p>

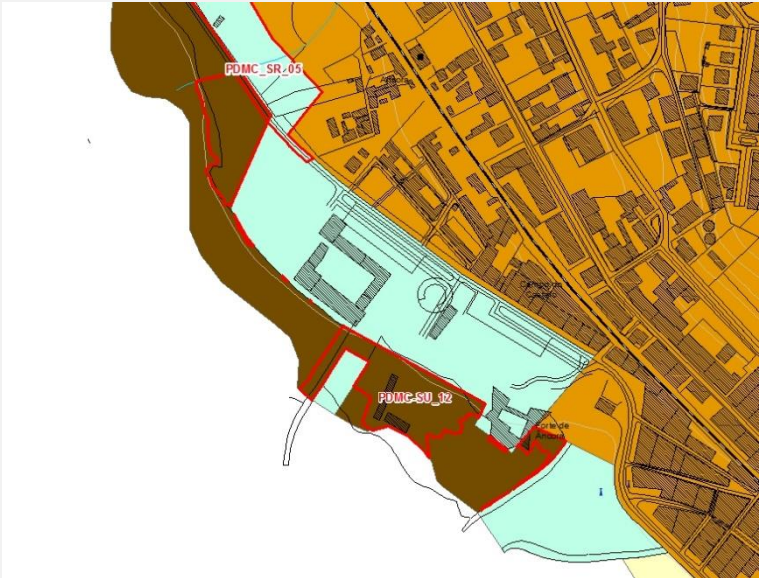

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_09
<b>QUAL. POOC</b>	<p data-bbox="486 369 766 403">Espaços Florestais em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p data-bbox="486 1008 933 1041">Espaços urbanos de baixa densidade – Tipo I</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p data-bbox="486 1646 1348 1742">Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a “Espaços agrícolas complementares” em Solo Rústico.</p>


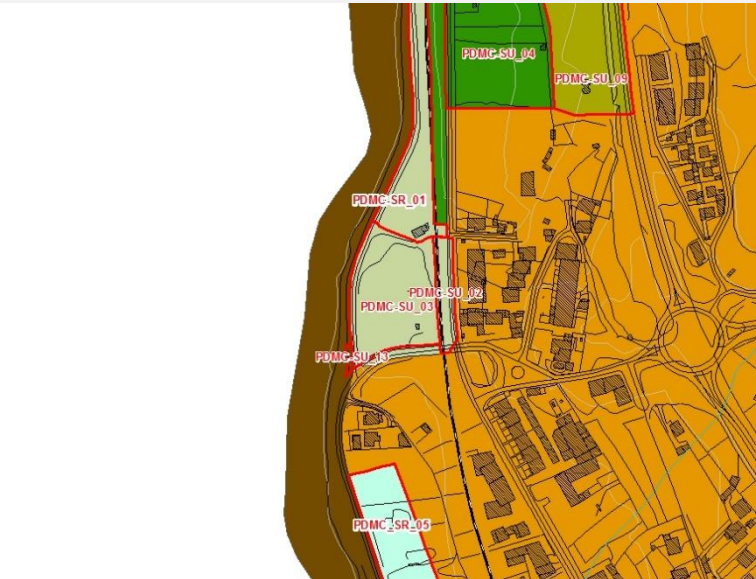


<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_10
<b>QUAL. POOC</b>	<p data-bbox="486 369 766 403">Espaços Florestais em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p data-bbox="486 1008 933 1041">Espaços urbanos de baixa densidade – Tipo I</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p data-bbox="486 1646 1348 1736">Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, ajustando os “Espaços agrícolas de produção” até à EN.</p>


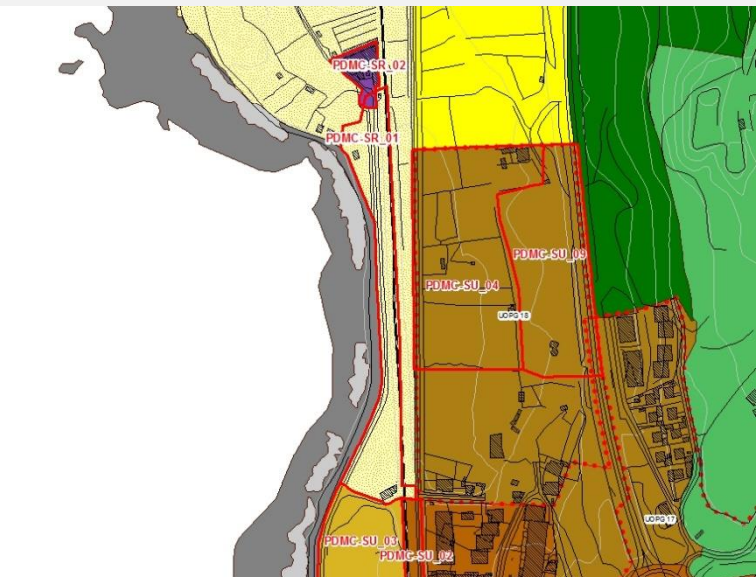
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_11
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Estuários em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços verdes</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Zonas húmidas" em Solo Rústico.</p>




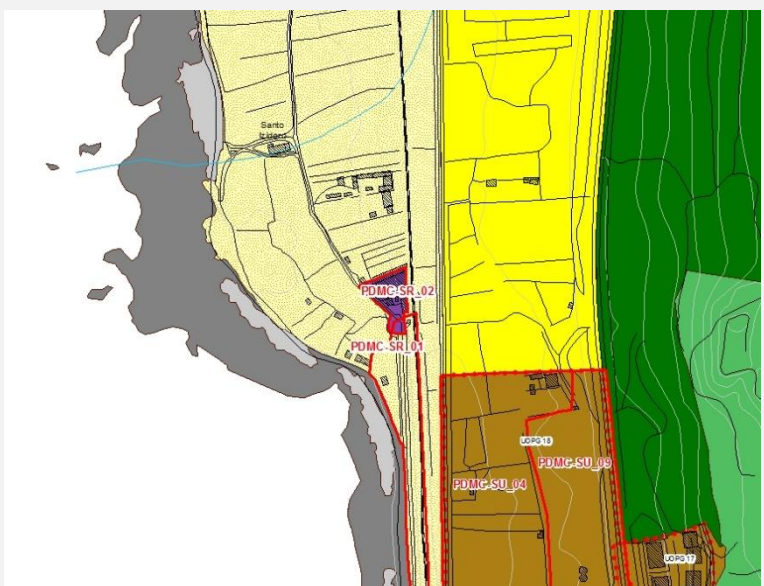
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_12
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Rochedos em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços de uso especial – Espaços de equipamentos e infraestruturas</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Afloramentos rochosos" em Solo Rústico, a área a norte.</p>

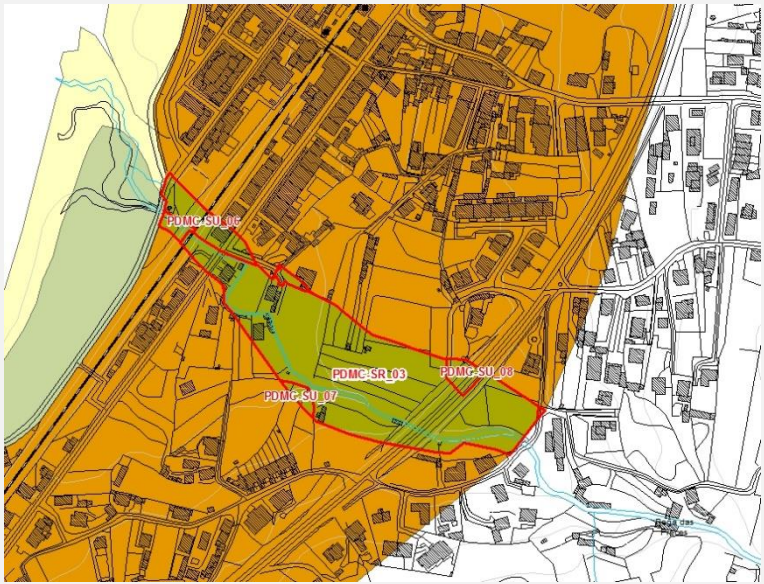
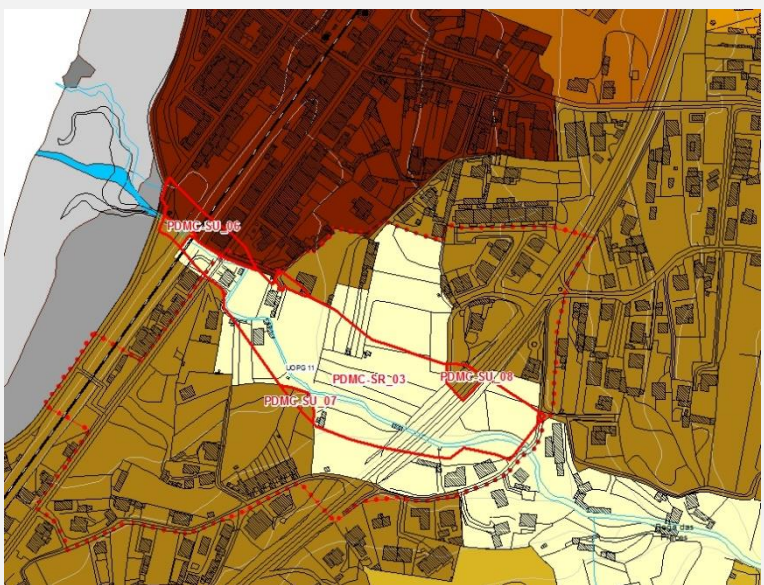
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SU_13
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Rochedos em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços urbanos de baixa densidade – Tipo II</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Afloramentos rochosos" em Solo Rústico.</p>

## 6.2.2 Solo Rústico

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SR_01
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Área de Vegetação Rast. Arb.</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços agrícolas de conservação</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Afloramentos rochosos" em Solo Rústico.</p>


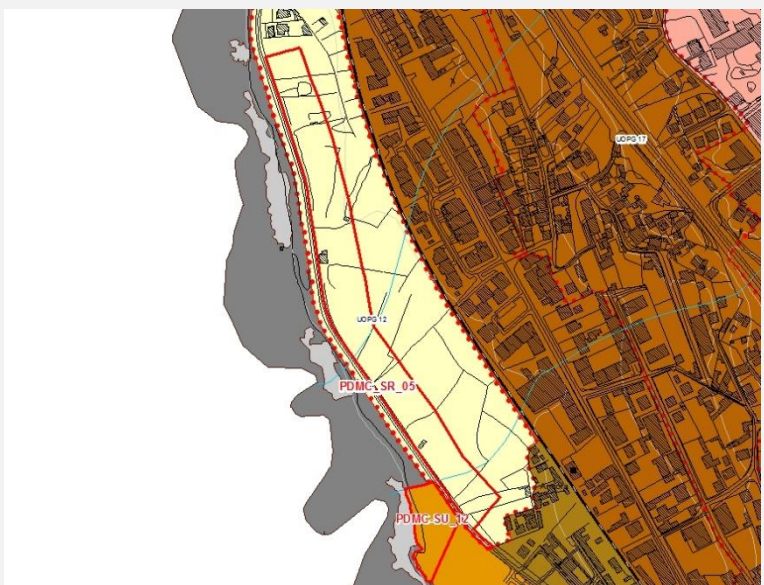



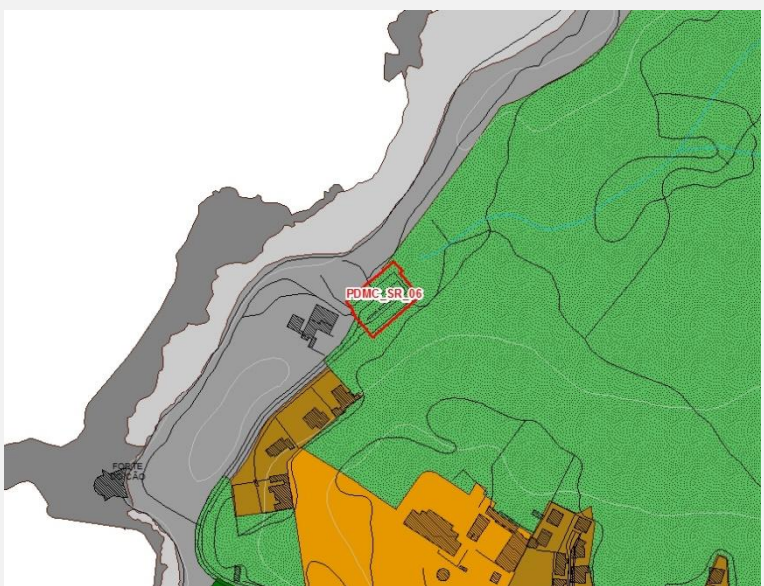
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SR_02
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Áreas agrícolas em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços de atividades económicas e industriais – Outros</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Espaços agrícolas complementares" em Solo Rural.</p>

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SR_03
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Áreas Florestais em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços agrícolas complementares</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	Alteração dos termos de referência da UOPG 11.

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SR_04
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Equipamentos em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Afloramentos rochosos</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Espaços destinados a equipamentos e infraestruturas" em Solo Rústico.</p>



<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SR_05
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Equipamentos em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços agrícolas complementares</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	Alteração dos termos de referência da UOPG 12.

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	PDMC-SR_06
<b>QUAL. POOC</b>	<p>Equipamentos em APC</p> 
<b>QUAL. PDMC</b>	<p>Espaços florestais de conservação</p> 
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>Alteração da Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo, passando a "Espaços destinados a equipamentos e infraestruturas" em Solo Rústico.</p>



- 
- <sup>i</sup> Atual União das freguesias de Moledo e Cristelo.
  - <sup>ii</sup> Atual União das freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho.
  - <sup>iii</sup> Atual União das freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho.
  - <sup>iv</sup> Atual União das freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho.
  - <sup>v</sup> Atual União das freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho.
  - <sup>vi</sup> Atual União das freguesias de Venade e Azevedo.
  - <sup>vii</sup> Atual União das freguesias de Gondar e Orbacém.
  - <sup>viii</sup> Atual União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João).